

REVISTA

COSMOS

Cultura – Pesquisa – Educação – Planejamento



Revista Cosmos fundada em 2003



Editores

António de Sousa Pedrosa (in memoriam)
Elias Coimbra da Silva
José Roberto Nunes de Azevedo
Tulio Barbosa

Conselho Editorial

Amanda Regina Gonçalves - UFTM
Aires José Pereira – UFT
Airton Sieben – UFT
Ana Maria Rodrigues Monteiro Sousa - Universidade do Porto
António José Bento Gonçalves - Universidade do Minho
Antônio Marcos Machado de Oliveira – UFU
Antônio Vieira - Universidade do Minho
Carlos Augusto Machado – UFT
Cristiane Tavares C. de Oliveira – PUC - SP
Edson Rosa de Almeida – SEE–SP
Evandro Correia Pedro - ANA
Fernando Manuel da Silva Rebelo - Universidade de Coimbra
Francisco Carlos de Francisco – UFRRJ
Francisco da Silva Costa - Universidade do Minho
Gláucia Carvalho Gomes – UFU
João Manoel de Vasconcelos Filho – UFRN
José Roberto Fernandes Castilho – UNESP
Laura Maria Pinheiro de Machado Soares - Universidade do Porto
Leda Correia Pedro – UFU
Lourenço Magnoni Júnior - FATEC – SP/ AGB-Bauru
Luciano Lourenço - Universidade de Coimbra
Maria Beatriz Junqueira Bernardes - UFU
Marcelo Cervo Chelotti – UFU
Mirlei Fachini Vicente Pereira – UFU
Paula Remoaldo - Universidade do Minho
Paulo Roberto de Almeida – UFU
Rafael Montanhini Soares de Oliveira – UFTPR
Rubens Germano - ANA
Sérgio Luiz Miranda – UFU
Sérgio Paulo Morais – UFU
Vitor Koiti Miyazaki – UFU
Wellington dos Santos Figueiredo – CEETEPS – SP/AGB-Bauru

REVISTA

COSMOS

Cultura – Pesquisa – Educação – Planejamento

A Revista Cosmos é um veículo científico independente.

A Revista Cosmos, periódico científico independente, com periodicidade quadrimestral, fundado em 2003, publica trabalhos sobre temas de cultura humanística, científica e tecnológica. Plural defende a liberdade de expressão e o debate livre, crítico e democrático. Promove a construção múltipla de todas as áreas do conhecimento geográfico e áreas afins das ciências humanas. Estimula o debate político, filosófico e científico. Fomenta a divulgação de ideias e ações que permitam a constituição de um mundo mais democrático, fraterno, solidário, igual e plural.

A Revista Cosmos não se responsabiliza pelas opiniões dos autores, pois a mesma é apenas espaço para divulgação de ideias.

Imagem da capa: Elias Coimbra da Silva
Diagramação: Tulio Barbosa

Revisão: José Roberto Nunes de Azevedo e Lígia Mendes de Oliveira Azevedo

Revista Cosmos (Pres. Prudente – SP) – Vol. 1 - nº 1, 2003
– Presidente Prudente – SP, 2003 – il.

Revista Cosmos	2015	v.8 n.1	p.1- 81	Abr./Jun.	ISSN – 1679-0650
----------------	------	---------	---------	-----------	------------------

EDITORIAL

Apresentamos na Revista Cosmos Volume 8, n. 1 de 2015, um conjunto de textos fruto da reflexão coletiva de professores atuantes na Educação Básica e Superior que atentam e trazem questões pertinentes na atual conjuntura em que se encontra a escola no século XXI.

Os artigos trazem em comum a busca por formas de ação dos professores em seus contextos e realidades particulares, as práticas pedagógicas efetivadas pelos mesmos como a leitura, os dilemas políticos que marcam a profissão docente frente as mudanças organizacionais promovidas pelo estado, bem como a importância de uma gestão eficiente como elemento fundamental para o sucesso escolar.

Por fim, nos Relatos de Experiências é apontado a interconexão dos saberes e sua aplicação do cotidiano escolar visto a partir da Artes. Trata-se de se lutar por ambiente escolar interdisciplinar que avance contra as barreiras disciplinares e reforce um aprendizado plural, integrador e crítico que estimule o aprendizado e envolvimento dos alunos.

Boa Leitura!

Elias Coimbra da Silva

José Roberto Nunes de Azevedo

Tulio Barbosa

Editores da Revista Cosmos

SUMÁRIO

NOVAS PRÁTICAS DE LEITURA: FILOSOFIA DA EXISTÊNCIA E LITERATURA MASSOCO, César William Furqui.....	10
O PAPEL DO PROFESSOR COORDENADOR NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM NA ESCOLA PÚBLICA ARAÚJO, Maria Isabel Donha Alcanfor Andrade.....	23
OS PROFESSORES EM PERSPECTIVAS: DIÁLOGOS DE UM APRENDIZ. ALMEIDA, Edson Rosa de.....	42
A INFLUÊNCIA DO CLIMA ORGANIZACIONAL NO DESEMPENHO DE ALUNOS E PROFESSORES EM AMBIENTES ESCOLARES. FÁVERO, Fábio Luís.....	63
RELATOS DE EXPERIÊNCIAS REFLEXÕES PEDAGÓGICAS SOBRE ARTE E EDUCAÇÃO AZEVEDO, José Roberto Nunes de; AZEVEDO, Ligia Mendes de Oliveira Azevedo.....	79

NOVAS PRÁTICAS DE LEITURA: FILOSOFIA DA EXISTÊNCIA E LITERATURA

MASSOCO, CÉSAR WILLIAM FURQUI¹

Resumo: Este artigo traz para discussão a possibilidade da filosofia da existência contribuir para a educação e às práticas de leitura, pois penso que esta linha filosófica pode contribuir para o trabalho dos professores, bem como favorecer no desempenho e na assimilação dos alunos. Pretendo aqui refletir a o trabalho docente de filosofia, possibilitando novas estratégias pedagógicas que possam ser desenvolvidas, como por exemplo, a filosofia sendo lida e interpretada por meio da literatura em quadrinhos da Mafalda, do escritor argentino, Quino. Leituras como estas podem proporcionar ao docente de filosofia que este trabalhe alguns conceitos filosóficos de maneira mais agradável e com uma linguagem menos densa. Trata-se de um estudo bibliográfico com base em um referencial teórico com diálogos entre os seguintes autores, a saber, Sartre, Mafra, Ferreira, Klebis, Nóvoa e Hutmacher. Com o texto é possível afirmar que novas estratégias pedagógicas são relevantes para que o papel do docente alcance um resultado de extrema relevância e também que o diálogo entre docente-discente pode trazer resultados importantes para ambos no que tange às novas práticas de leitura.

¹ Aluno do Programa de Mestrado Profissional em Educação: Processos de Ensino, Gestão e Inovação Centro Universitário de Araraquara – UNIARA.

Palavras-chave: Filosofia da existência; trabalho docente; práticas de leituras; filosofia e literatura.

INTRODUÇÃO

Este texto reflete a relação do trabalho docente com seus estudantes no que se refere às leituras. Neste sentido, defendo a inserção da Filosofia da Existência como contribuição para a educação desses jovens, mas por meio de leituras consideradas mais agradáveis para eles.

O texto contém um pouco da filosofia de Jean-Paul Sartre e um pouco dos textos de Mafra, Ferreira e Klebis, Nóvoa, dialogando entre si e com Hutmacher.

Adentrarei um pouco a atmosfera escolar nas relações educador-educando, preparo dos professores, depoimentos de alguns alunos sobre suas leituras e, assim articularei acerca dos referidos dados trazidos para as discussões.

Penso que a filosofia existencial tem muito a contribuir para o jovem estudante, para o docente e principalmente para a educação.

OBJETIVO

O escopo deste texto é refletir a relação do trabalho docente com a intenção de mostrar possibilidades de levar o educando ao mundo das leituras, especificamente das leituras mais densas como é o caso das filosóficas. Neste sentido, pretendo defender a contribuição da Filosofia da Existência para a educação de jovens estudantes com a ajuda da literatura em

quadrinhos – tiras cômicas da Mafalda. Trouxe para o texto um pouco da filosofia sartreana contida no livro *O ser e o nada* (1997) e um pouco dos textos de Mafra (2003), Ferreira (2005) e Klebis (2008) com a intenção de dialogar com Hutmacher (1999) utilizando seu texto “A escola em todos os seus estados: das políticas de sistemas às estratégias de estabelecimento”. Deste texto de Walo Hutmacher, pretendo fazer um recorte para tratar de algumas estratégias pedagógicas com a intenção de aproveitá-las para o ensino em sala de aula. Tentarei abordar um pouco a atmosfera escolar nas relações educador-educando, preparo dos professores, depoimentos de alguns alunos sobre suas leituras e, assim articular acerca dos referidos dados trazidos para as discussões. Penso que a filosofia existencial tem muito a contribuir para o jovem estudante principalmente para o docente.

DISCUSSÃO

Após algumas leituras do texto de Hutmacher (1999), percebe-se que há uma preocupação e uma movimentação política em busca de uma “Educação para todos”, com ênfase qualitativa, tentando, segundo o autor, “redefinir as finalidades dos sistemas de ensino e das escolas e as políticas escolares”.

Penso que, o que se busca nesta qualidade no ensino, não é somente o conhecimento dos educandos, mas sim, um conjunto de saberes que vai além da aquisição de conhecimento pura e simplesmente. Uma tarefa muito relevante, porém difícil de ser posta em prática, pois como professor, sei da dificuldade de uma abordagem como esta envolvendo diversas disciplinas de áreas distintas, de maneira uniforme, homogênea e com turmas de trinta ou quarenta estudantes por sala. Além do mais, os profissionais da educação que estão sendo formados nos cursos de licenciatura, não aprendem como

ensinar e, quando se deparam com alunos em uma sala de aula, não sabem atuar, pois não estão e nem foram preparados para tal papel. O que estes recém-formados têm como exemplos são os estereótipos de alguns professores na graduação ou daqueles onde fizeram o estágio.

Percebe-se no texto de Hutmacher (1999), uma preocupação ou inquietação por romper com o paradigma professor-aluno como sendo a única fórmula de aprendizagem, pois o aluno não aprende por meio de seu professor, este aprende também no berço familiar e nas mais variadas esferas sociais. Penso que o professor deva desempenhar o papel de orientador para seus educandos, pois por intermédio de um contato mais íntimo e quebrando as barreiras ou o muro entre ambos, é que podemos pensar numa educação como um todo.

Devemos respeitar a história de cada indivíduo, de cada um de nossos estudantes, pois é aí que podemos encontrar e começar a trabalhar o currículo oculto ressaltado pelo autor. Há de se deixar de lado somente o produto final, que é o término do curso alcançado pelo estudante, o pensar de maneira pragmática, esquecendo e desprezando todo o processo de ensino-aprendizagem e favorecendo a quantidade em detrimento da qualidade.

O que dificulta muito e, neste aspecto concordo com o referido autor, é que a escola é vista por muitas pessoas, por meio do senso comum, como um local onde, por pura magia, o aluno deva sair instruído e formado em sua completude.

A sociedade ignora o papel real da escola, mas cobra como se fosse especialista no assunto. Por isso, o mudar as práticas de ensino-aprendizagem é um trabalho árduo, lento e que recebe muitas críticas por parte da sociedade, em geral, que não compreende o papel escolar, mas o pensa saber com propriedade. Sendo assim, por que não começar a mudar com o próprio professor em sala de aula? Como professor de filosofia, penso que há um fértil

caminho a ser percorrido nesta área e por que não tentar dialogar com a intenção de atingir aos estudantes e contribuir para a educação. Não seria possível a Filosofia existencial e suas leituras contribuírem para a educação de jovens alunos?

Sartre (1997) em seu livro *O ser e o nada*, diz que a existência precede a essência, ou seja, nascemos e, posteriormente, existimos, nos descobrimos, surgimos no mundo e somente depois disso nos definimos. Em outras palavras, no início não somos nada, ao descobrirmos como pessoas e à medida que experimentamos novas vivências nos tornamos o que somos. Nós somos como queremos ser, como nos concebemos após a existência e, cabe somente a nós, escolhermos o caminho que queremos seguir e, conseqüentemente, a responsabilidade é toda nossa.

Percebe-se que Sartre defende uma liberdade e que esta tem um preço, a saber, a responsabilidade por nossos atos. O homem se constrói a cada momento e se torna seu próprio juiz. Dentro dessa mesma liberdade o homem decide por seus atos, gerando uma angústia causada pelo peso dessa responsabilidade.

A partir desse momento, o homem começa a questionar-se sobre a vida e seu sentido, sobre sua existência: quem ele é, por que está aqui e aonde vai depois de sua morte. Com essas crises existenciais, procura respostas para suas inquietações, chegando à conclusão de que a vida é sofrida, dolorosa, cheia de enfermidades e que seu fim, inevitavelmente, é a morte.

Porém, o existencialismo quer mostrar ao homem que ele deve aproveitar ao máximo sua vida, vivendo em harmonia com todos os entes. E é neste ponto que a educação tem um papel primordial, como veremos com mais detalhes em seguida, pois como educadores, escolhemos nosso projeto de vida, nossa profissão e somos responsáveis por nossas aulas, por tudo que levamos aos nossos alunos e por toda influência que temos sobre os mesmos.

Eu trabalho muito com as tiras cômicas da Mafalda nas aulas de espanhol e de filosofia, claro, com objetivos distintos. É um trabalho que envolve os estudantes onde percebem que outros tipos de leitura também são possíveis e importantes para seu desenvolvimento. Há neste trabalho que executo com muito prazer, uma interdisciplinaridade, pois levo não só a filosofia, mas também a literatura em quadrinhos. E sobre literatura, Mafra (2003, p. 33) nos diz o seguinte:

O conceito de literatura vinculado nas aulas, preponderantemente as de ensino médio, é muito vinculado à noção de cânone, patrimônio a ser passado de geração a geração. As obras circunscrevem-se aos períodos e sua interpretação é oficial, dada pelo crítico autorizado a entender por nós, meros receptores de digressões estético-filosóficas. Tem sido possível fazer uma análise crítica de uma obra a partir do domínio estrutural de certos conceitos da literatura.

Por que não fugir destes atalhos que os alunos e até mesmo professores percorrem por mero comodismo ou por pura preguiça? Acredito que outros estímulos como, por exemplo, a filosofia lida e interpretada por meio de histórias em quadrinhos, pode fazê-los pensar de outra forma. Neste sentido, podemos formar novos leitores e também formar os escritores de suas próprias histórias e seres humanos mais responsáveis.

A concepção clássica à literatura “remonta no Brasil a períodos históricos onde o acesso às letras era privilégio de uma minoria. Em meados do século XIX, o público leitor, pequeno, mas certo, possuía de certa forma um perfil bastante uniforme (MAFRA, 2003, p. 35)”. Hoje em dia não possuímos este perfil de leitores, mas como educadores temos o dever de levar aos nossos educandos um pouco deste universo fértil e de extrema relevância.

Em um trabalho de coleta de dados de alguns jovens estudantes, Mafra (2003. p. 32-33), nos dá exemplos da desmotivação para a literatura de alguns alunos: F., 16 anos e R., 15 anos, se sentem desmotivados para a leitura por conta do autor, relacionando-a com outra obra sua ou por serem sem movimento, lineares e livros chatos, dando ouvidos a colegas sem ao menos nem ter lido uma página sequer. Infelizmente, percebe-se que estes jovens estudantes não foram estimulados para esse tipo de leitura.

Lefebvre *apud* Mafra (2003, p. 33) diz que:

A educação escolar, ao insistir na sobrevivência de um antigo universo, marcado pela tradição do definível e do presumível, vê-se alheia ou atônita com seus descompassos perante as novas questões que as linguagens têm proposto e imposto, através de uma metalinguagem – concentra-se com “o discurso sobre o discurso”.

Sendo assim, penso que há a necessidade de se sondar os estudantes para sabermos se estão lendo, o que estão lendo, seus gostos e preferências por leituras e o porquê de tais escolhas. Penso que é por meio do diálogo que conseguimos nos aproximar mais do nosso alunado e, assim, começar a preencher o abismo que se instala entre professores e educandos. Com relação a esta sondagem, as alunas I. e F. dão depoimentos de suas preferências por livros e folhetins destinados a adolescentes de muitas páginas e que são lidos e adorados por elas, mesmo que seja por influência de seus grupos (MAFRA, 2003. p. 36-37).

Penso que o excerto supracitado mostra muito bem a relevância do diálogo entre professor e estudante, pois podemos contribuir muito ao

exercício de outras leituras por conta desta confiança estabelecida entre educador-educando.

E de acordo com Klebis:

A escola não é apenas um lugar em que se “desenvolve” a aprendizagem intelectual de um conjunto de conteúdos e habilidades. Ela é também um espaço de convívio social e cultural, no qual, pela interação entre sujeitos em torno dos objetos e manifestações culturais, produz-se e partilha-se a construção coletiva de conhecimentos (2008, p. 35).

Klebis nos dá vários argumentos para que pensemos além da instituição escolar, pois é assim que nos envolvemos em nosso trabalho e nos desenvolvemos mutuamente com nossos estudantes na produção de conhecimentos.

Já, Hutmacher (1999), percebe uma movimentação tímida e pequena por parte de alguns profissionais da educação em busca de uma melhoria no ensino primário. Entendo quando o autor diz que um trabalho como este não deve e nem tem condições de ser feito no ensino secundário por diversos fatores e por ser um público mais difícil de ser trabalhado, mas defendo que o professor bem preparado e engajado com e para a educação, tem o dever de encontrar um caminho ou uma ligação muito próxima com seu alunado para superar as dificuldades de se ensinar a um público diferenciado que são estes alunos mais velhos e que “têm outros problemas, aspirações, competências e recursos”, como diz o próprio autor (1999, p. 54).

Ferreira nos alerta para um aspecto importante, pois para ela, as crianças, ao nascerem, são desiguais quanto à forma em que “são postas no mundo” (2005. p. IX). Elas são desiguais “no acesso e no convívio com objetos e espaços da cultura letrada”, por isso a dificuldade em nos aproximarmos e nos relacionarmos com elas.

Percebe-se na fala de Ferreira (2005), que a Educação considerada moderna, busca e defende uma homogeneidade com respeito à leitura e escrita, deixando de lado o mais importante que é ter um olhar individual e especulativo para cada educando.

A educação de hoje prioriza e privilegia determinados tipos de leitura, esquecendo-se da arte, do corpo etc., que, penso também serem importantíssimas para uma educação em sua completude. Por isso não podemos deixar de desempenhar nosso papel de educadores. Nosso grande desafio é enxergarmos estas crianças como únicas e ricas que são individualmente.

Nossa contribuição deve ser colocada em prática, mesmo nas adversidades. Nós, envolvidos com a educação, devemos romper com alguns paradigmas destacados neste trabalho, pensando sempre no bem estar de nossos educandos e no nosso papel como educadores.

O ambiente escolar é o único lugar onde a sociedade, de maneira geral, se reúne e passa um longo período da vida, ou seja, este ambiente não deixa de ser o reflexo da sociedade. Neste sentido, a escola se torna responsável para que o homem chegue a ser educado, culto e livre para suas escolhas.

Percebemos que a educação é o instrumento fundamental e vital para a transformação total da sociedade, rompendo preconceitos, ignorância, exploração, desigualdades, abusos, violência etc.

A finalidade da educação é levantar e criar um pensamento crítico, amplo e sólido às novas gerações, desenvolvendo o verdadeiro sentimento de humanização.

Penso que a descentralização do ensino, dando maior autonomia aos profissionais e especialistas em educação, talvez seja o mais sensato a ser feito por nossos governantes, como é feito na Suécia, de acordo com Walo Hutmacher (1999, p. 54).

Algumas questões relevantes a serem colocadas aqui são: 1) Por que se ensina desta ou daquela maneira? e 2) Para que estamos preparando o nosso aluno? Vê-se que há um embate com relação aos currículos e à prática pedagógica, ou os saberes a ensinar e aprender e os saberes que visam às práticas de ensino.

O educador necessita entender um e outro para tentar responder às questões acima elencadas, pois se não o souber, se trabalha por trabalhar, ou seja, mecanicamente, como em uma linha de produção em uma empresa qualquer, gerando, assim, uma crise nos saberes pedagógicos. Para que isso seja solucionado, penso que seja necessário um trabalho coletivo envolvendo todos os profissionais da área educativa e a passos lentos, pois todos estaremos (re)aprendendo com o escopo de melhorar global e significativamente a educação. Tudo isso em conjunto com as práticas organizacionais bem claramente pré-estabelecidas, para que o profissional não seja “jogado” na sala de aula sem saber ao menos o porquê de estar ali com seus alunos.

Nóvoa (1999, p. 18), ao alertar-nos para uma educação voltada à “tecnologização do ensino” diz que “O reforço de práticas pedagógicas inovadoras, construídas pelos professores a partir de uma reflexão sobre a experiência, parece ser a única saída possível”.

É neste contexto defendo que a filosofia pode e deve ser trabalhada lado a lado com a educação. Com a ajuda da filosofia existencial e por meio de professores criativos, originais, autênticos e humanistas é que o homem pode encontrar as respostas para suas angústias.

Acredito que o conhecer ou o adquirir conhecimento por meio da educação, é procurar entender a essência das coisas e se tornar uma pessoa mais objetiva, rompendo, assim, com os esquemas e os preconceitos de nossa sociedade. Por isso o papel da escola e do professor educador é o de levar

discussões filosóficas ao ambiente escolar, ajudando seus educandos no sentido de que possam encontrar sua própria identidade por meio de leituras consideradas, talvez, pesadas ou entediantes.

Defendo que a filosofia deve andar paralelamente de mãos dadas com a educação. Esta deve tirar seus estudantes do senso comum e, gradativamente, levá-los ao senso crítico, ao esclarecimento. E para isso, as práticas de leituras são indispensáveis para o crescimento de nossos educandos. Acredito que levar discussões filosóficas para a prática, como leituras agradáveis, é uma posição muito interessante e correta, onde há um campo muito fértil para que os estudantes possam debater os mais variados temas e conceitos filosóficos, favorecendo assim sua educação e sua formação cidadã.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Penso que um trabalho como este nos dá algumas possibilidades para pensarmos algumas práticas docentes e o relacionamento educador-educando. O sistema existe, as políticas educacionais também, mas cabe ao professor bem formado, dedicado, criativo e comprometido com a educação, mudar ou romper com alguns paradigmas educativos. Paradigma que neste artigo se refere às novas práticas de leituras ou, mais especificamente, propostas de ensino com base na filosofia existencial por meio de leituras não tão ortodoxas, como a literatura em quadrinhos.

É possível afirmar que as discussões neste trabalho levam o docente a refletir sobre sua atuação profissional, a se desenvolver e buscar meios para que cresça em sua profissão.

Percebe-se que a experiência profissional e o compromisso são fatores relevantes para que o educador possa pensar e agir de forma criativa e atinja positivamente seus educandos.

Os jovens podem ler pouco, muito, achar que as leituras na escola são chatas, podem ler o que está na moda por influência de colegas ou de grupos, mas a maneira com a qual o professor dialoga com seus estudantes, enxergando-os e tratando-os como únicos e especiais, pode mudar o pensamento desses jovens levando-os ao caminho ou ao gosto pelas leituras consideradas mais densas.

É possível afirmar também que a filosofia existencial faz com que ambos, educador e educando, saiam do senso comum e comecem a pensar criticamente, além de se responsabilizarem por todas as suas escolhas e suas ações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FERREIRA, N. S. de A. Pensem, com ênfase, nas tristes crianças mudas e telepáticas. In: FARIA, A. L. de; MELLO, S. A. **O mundo da escrita no universo da pequena infância**. Campinas, SP: Autores Associados, 2005. p. VII – X.

HUTMACHER, Walo. A escola em todos os seus estados: das políticas de sistemas às estratégias de estabelecimento. In: Nóvoa, António (Coord.). **As organizações escolares em análise**. Lisboa: Dom Quixote, 1999, p. 43-76.

KLEBIS, Carlos Eduardo de Oliveira. Leitura na escola: problemas e tentativas de solução. IN: SILVA, Ezequiel Theodoro da. (org). **Leitura na escola**. São Paulo: Global, 2008.

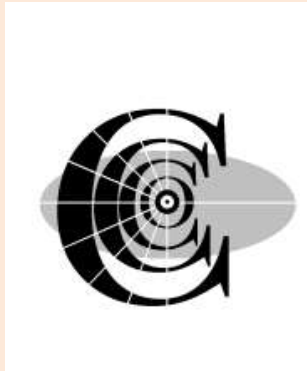
LAVADO, Joaquim Salvador (Quino). *Toda a Mafalda*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

MASSOCO, César William Furqui. **Revista Cosmos, v. 8, n. 1, p. 10-22, 2015.**

MAFRA, N. D. F. Literatura dentro, fora e à revelia da escola. In: MAFRA, N. D. F. **Leituras à revelia da escola**. Londrina: Eduel, 2003. p. 31-43.

NÓVOA, A. Os Professores na Virada do Milênio: do excesso dos discursos à pobreza das práticas. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 25, n. 1, p.11-20, jan./jun. 1999 Disponível em:< www.scielo.br/pdf/ep/v25n1/v25n1a02.pdf> Acesso em: 14 de jun. 2015.

SARTRE, J. P. **O ser e o nada**: ensaio de ontologia fenomenológica. Tradução de Paulo Perdigão. 5ª edição. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1999.



O PAPEL DO PROFESSOR COORDENADOR NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM NA ESCOLA PÚBLICA

ARAÚJO, MARIA ISABEL DONHA ALCANFOR ANDRADE ¹

Resumo: O professor coordenador tem papel de destaque na gestão de uma escola, apresenta-se como elo fundamental entre os professores, direção e demais agentes do processo pedagógico. Desta forma, estabelece relações com o alunado e os professores permitindo a estes mais oportunidades de êxito na relação ensino-aprendizagem e orientação necessária para prática docente. Portanto, o professor coordenador é indispensável para o desenvolvimento das atividades e situações de aprendizagem e de gestão dos processos de ensino.

Palavras-chave: Ensino-aprendizagem – Professor Coordenador – Professores – Gestão Escolar.

¹ Licenciada em Matemática pela UNESP/Presidente Prudente-SP. Professora Coordenadora do Ensino Fundamental da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo.

INTRODUÇÃO

A escola nas suas múltiplas dimensões – social, cultural, política - age como mediadora do ensino-aprendizagem exercendo por essa natureza relevante papel na difusão do saber, sendo que neste processo torna-se o espaço de atuação dos professores e gestores escolares.

Trata-se de uma relação dialética com a sociedade, na medida em que a educação é um dos processos de formação da pessoa humana, inserindo e transformando o alunado no âmbito da sociedade.

Tão logo, associa-se educação à escola, pois nos dias atuais uma parte significativa da socialização é atribuída à mesma, embora não haja uma forma única e nem um único modelo de educação (Brandão, 1984). Assim, ela sempre esta ligada a um projeto político e com uma concepção de mundo.

Compreender e explicar às contradições subjacentes às práticas educativas são alguns dos objetivos do trabalho da Coordenação Pedagógica a qual deve caminhar no sentido de planejar e acompanhar os processos de ensino e aprendizagem.

De antemão, é importante destacarmos que para que existam projetos capazes de impelir soluções pedagógicas eficientes no processo ensino-aprendizagem e subtraírem problemas das escolas, dos alunos e dos professores faz-se necessário um planejamento adequado.

Devemos compreender a figura do professor coordenador enquanto elemento articulador da elaboração e execução da proposta pedagógica, dos procedimentos

ARAÚJO, Maria Isabel Donha Alcanfor Andrade. Revista Cosmos, v. 8, n. 1, p. 23-41, 2015.

pedagógicos sendo que o mesmo precisa demonstrar ser capaz de preparar e sensibilizar a equipe gestora e também os educadores em geral sobre tais mudanças e o que estas exigem da educação contemporânea marcada por desafios crescentes.

Também, vale salientar, a perspectiva da motivação dos professores os quais necessitam serem estimulados e apoiados em suas diferentes atividades em um ambiente tão diversificado tendo em vista melhorias significativas para o desenvolvimento do trabalho escolar e da relação professor-aluno. Portanto, a motivação está diretamente relacionada ao trabalho docente, ao processo de gestão de sala de aula e, especificamente, à gestão escolar.

Nesse cenário, não podemos omitir que a escola é um espaço de formação que poderá contribuir para o desenvolvimento do cidadão como ser humano e a motivação dos professores apresenta-se como um elemento decisivo no qual é possível resgatar situações cotidianas, as quais quando vivenciadas pela equipe escolar, demonstra-se por ações e formas de atuação direta no processo de ensino-aprendizagem.

Por acreditar que o professor coordenador é peça fundamental dentro do ambiente escolar e um forte elo entre direção, professor, alunos e pais, pensamos que este deve favorecer a construção de um ambiente democrático, participativo e principalmente motivador dentro da comunidade escolar.

Nesse ambiente que alia procedimentos pedagógicos e metodologia adequada de intervenção e mediação das relações interpessoais é uma condição indispensável à busca da superação das dificuldades na relação professor-aluno. De fato, é preciso pensar a possibilidade de desenvolver ações diretamente atreladas ao direcionamento da equipe escolar, preparação de materiais específicos para a clientela e sugestões de diversificação de trabalhos práticos junto aos professores.

Por sinal, tal situação está em conformidade e interesse da função primordial da escola que é justamente a aprendizagem dos alunos e por extensão a garantia da observância das competências e habilidades necessárias à inclusão dos mesmos no cotidiano social.

Portanto, é nesse cenário marcado pela preocupação em garantir ampliação da compreensão da realidade pelos alunos e sua inserção comprometida e atuante na sociedade que buscamos fazer uma leitura de mundo em geral, e do processo educacional em particular, de tal forma que, possibitemos aos mesmos estudantes, avanços não apenas conteudistas e procedimentais mais atitudinais.

Tais ações são importantes na medida em que os conhecimentos adquiridos instrumentalizem culturalmente os alunos e, do mesmo modo, permita aos mesmos a intervenção na realidade proporcionando perceberem como sujeitos ativos na sociedade.

Dada essa primeira aproximação ao tema voltaremos nossas atenções para os elementos que marcam a ação do professor coordenador na escola e do cenário educacional mais geral no qual está envolvido na atualidade.

O PAPEL DO PROFESSOR COORDENADOR NA ESCOLA

A ação do professor coordenador no ambiente escolar faz-se necessário com o fundamento de auxiliar e nortear as ações de implementação de uma educação de qualidade que atenda a multiplicidade de questões que acercam a realidade escolar, altamente dinâmica.

Assim, quando analisamos o processo de aprendizagem contínua dos indivíduos de uma escola, sejam alunos ou professores, temos de dirigir nosso olhar também para concepção de gestão adotada, o padrão de comunicação existente entre as partes e as interações entre os agentes atuantes neste cenário.

Dentro das inúmeras mudanças que ocorrem na sociedade atual, a escola vista como instituição de ensino e de práticas pedagógicas enfrenta muitos desafios que comprometem a sua ação frente às exigências que surgem na comunidade na qual se inserem e em particular no ambiente de trabalho cada vez mais exigente e sedento por profissionais polivalentes. Assim, os profissionais vinculados ao universo educacional precisam ter uma formação cada vez mais ampla promovendo o desenvolvimento das capacidades destes sujeitos.

Por outro lado, existe a crescente necessidade de despertar nos alunos o interesse em fazer da escola um espaço participativo, no qual se vejam como parte e atribua valor, rompendo com as barreiras que fazem do ambiente escolar um local desmotivador.

Dessa forma, estão em estreita sintonia no âmbito da busca por uma educação de qualidade e comprometida com o desenvolvimento das potencialidades dos alunos, tendo em vista auxiliá-los na superação das desvantagens decorrentes das condições socioeconômicas desfavoráveis, a própria ação dos professores.

Em outras palavras, é preciso que a prática educativa, a qual atua no desenvolvimento individual e social dos indivíduos, proporcione os meios de

apropriação dos conhecimentos e experiências acumuladas pelas gerações anteriores, como requisito para a elaboração de conhecimento vinculada a interesse da população majoritária da sociedade.

Por sua vez, é nesse contexto bastante complexo que devemos sinalizar para o fato de que nos últimos anos o discurso neoliberal agregou adeptos que construíram referenciais teóricos comprometidos com a subtração do poder do Estado, o aumento progressivo da influência das empresas multinacionais materializadas nas ingerências, a supremacia da individualidade compreendida como a ditadura do eu, a subjetividade extrema nas análises pedagógicas e nas práticas cotidianas de ensino, medidas e ações essas que trouxeram conseqüências para os professores².

Tão logo, a ação do professor coordenador junto aos demais docentes da unidade escolar deve atuar em diversas frentes de ação sem esquecer dos objetivos estabelecidos no âmbito do sistema escolar oficial, seja no que refere-se aos valores e ideais educativos, seja quanto às prescrições de organização curricular e programas básicos educativos.

Salientamos que não compreendemos os indivíduos como seres isolados, já que a construção do indivíduo passa, obrigatoriamente, pelas condições e vivências no meio social.

Neste sentido, considerando-se a educação enquanto um conjunto integral de ações e tipos de ensino tornam-se necessário que alcance-se os

² Para mais informações sobre a ação neoliberal na educação e nos processos de ensino ver: Almeida (2012).

melhores processos de formação, de maneira que capacite os indivíduos para a vida, principalmente num momento quando a educação tem adquirido o significado de imprescindível e decisiva ação pública. (AZEVEDO e BARBOSA: 2009).

Por tanto, torna-se necessária à presença de um professor coordenador consciente de seu papel de formador de opiniões, da importância de sua formação continuada e da equipe docente, integrados às demandas da comunidade escolar na qual localizam-se, haja vista que a prática educativa é socialmente determinada e responde as exigências e expectativas dos grupos e classes sociais existentes na sociedade.

Nesse sentido, o trabalho do professor coordenador deve estar voltado para a formação de competências humanas, modos de agir em relação ao trabalho, ao estudo, à natureza, em concordâncias aos princípios éticos e humanos da sociedade, tendo em vista desenvolver a consciência de coletividade e do trabalho em conjunto, assim podendo aflorar o sentimento de solidariedade humana³.

Tendo a prática e o olhar de um professor reflexivo, percebe-se que há um desafio de construir um perfil profissional e delimitar seu espaço de atuação. A contribuição desse profissional para a melhoria da qualidade da escola e das condições de exercício profissional dos professores, dependerá do sucesso alcançado nesta tarefa.

³ Para mais detalhes sobre o trabalho do professor no contexto de globalização, onde as transformações do mundo do trabalho alteram-se drasticamente e colocam novos desafios inclusive aos profissionais da educação consultar: Barbosa e Azevedo (2004).

É necessário compreendermos as multifacetadas das políticas educacionais na formação de professores e isto obriga-nos necessariamente a recorrer às bases em que se estruturam enquanto modelo de desenvolvimento escolhido para o país.

Nesse quesito devemos esclarecer que a educação formal ancora-se fundamentalmente nos professores, os quais são tidos como agentes de mudança na medida em que atribuí-se aos mesmos, papel determinante na formação do caráter e espírito das novas gerações, de tal forma que os ajude simultaneamente a encontrar, organizar e gerir o saber⁴, tão logo faz-se importante aos mesmos a devida valorização profissional associada a motivação e interesse pela prática docente.

Por sinal, tais elementos são imprescindíveis para se entender a lógica no qual cerca o trabalho escolar e que está vinculada a diretrizes nacionais, estaduais e municipais de ensino e também porque é necessário saber que concepções de homem e sociedade caracterizam os documentos oficiais, uma vez que expressam os interesses dominantes de quem controlam os órgãos públicos.

Dessa forma, o professor coordenador estará agindo como ator social, agente facilitador e problematizador do papel docente, primando pelas intervenções e encaminhamentos mais viáveis ao processo ensino e aprendizagem.

⁴ Para mais informações sobre esse aspecto ver: Barbosa e Azevedo (2004), Santos Filho (2004); Silva e Caetano (2004).

Os conteúdos escolares estão em contradições tanto pelas possibilidades reais dos alunos em assimilá-los, quanto aos interesses da sociedade dominante, na medida em que podem ser usados para disseminar a ideologia de grupos e classes minoritárias. O mesmo pode dizer-se quanto aos valores e idéias proclamados na legislação escolar.

Nesse cenário o professor coordenador é um elemento fundamental no ambiente escolar, sendo seu papel indispensável para o desenvolvimento das atividades e situações de aprendizagem, de gestão dos processos de ensino, além de vincular-se como elo entre os professores, alunos e direção.

Tão logo é figura necessária na escola e seu papel articula-se inclusive com as relações interpessoais na medida em que envolve diretamente a gestão de pessoas e demanda por sua própria natureza qualidade e desenvolvimento contínuo de sujeitos sociais que estão diretamente ligados a formação humana.

Partimos nesse momento para os aspectos mais específicos da ação do professor coordenador, considerando particularmente a motivação escolar como elemento chave para gestão dos processos de ensino.

O COORDENADOR PEDAGÓGICO NA MOTIVAÇÃO ESCOLAR

São muitos os desafios encontrados todos os dias na jornada de trabalho do professor coordenador. É inegável, por exemplo, não perceber que no ambiente escolar esse profissional ainda está subjulgado à inúmeras questões burocráticas, que não raras vezes não é de sua responsabilidade, assim servindo de mediador entre

ARAÚJO, Maria Isabel Donha Alcanfor Andrade. Revista Cosmos, v. 8, n. 1, p. 23-41, 2015.

situações cotidianas da vida escolar que não são necessariamente vinculadas às atribuições da coordenação.

Entendemos que um professor coordenador atuante precisa ir além do conhecimento teórico, pois, para acompanhar o trabalho pedagógico e estimular os professores é preciso percepção e sensibilidade para identificar as necessidades dos alunos e professores, tendo que se manter sempre atualizado, buscando fontes de informação e refletindo sobre sua prática.

Por sinal não é difícil compreender que os professores interessados em assumir tais funções passem pelos processos seletivos internos às diretorias de ensino no estado de São Paulo, as quais exijam como requisito para o ingresso na função, terem no mínimo três anos de experiência em sala de aula.

Dessa forma, se faz necessário destacar que o trabalho do professor coordenador deve acontecer com a colaboração de todos, assim o profissional em questão deve estar preparado para mudanças e sempre pronto para integrar e motivar sua equipe com base em propostas e alternativas ao seu trabalho com sua clientela que é cada vez mais diversificada e complexa.

Isto é particularmente importante na medida em que percebemos ser relativamente comum encontrar professores desestimulados reclamando sobre as dificuldades, podendo destacar a título de exemplo as situações nas quais ocorrem: a) desinteresse dos alunos; b) sobrecarga de trabalho pelos professores; c) falta de condições de trabalho adequadas em relação aos recursos disponíveis na unidade escolar, entre outros. Daí faz-se necessário um profissional que possa estar pronto para ouvir e buscar formas de facilitar o trabalho destes profissionais.

Vasconcellos (2002), por exemplo, destaca que são inúmeros os problemas, as contradições e os limites que a sensação de impotência, muitas vezes, toma conta o cotidiano educacional.

De fato, o que precisamos é de ação, sem eufemismo, não existe nação com crescimento sustentável sem priorizar a educação de seu povo, podemos tomar por base os países desenvolvidos que obtiveram sucesso em suas economias investindo em educação⁵.

Todavia, quando falamos em educação estamos nos referindo, grosso modo, a situações bastante destoantes e complexas nas quais temos, por exemplo, aqueles que não possuem condições para frequentar os bons colégios (particulares ou públicos) e não raras vezes são colocados em situações precárias de aprendizagem, seja simplesmente pelo fator material ou mesmo ligado à formação deficiente da equipe escolar.

O que nossos governantes precisam é priorizar o sistema educacional, investir e oferecer um ensino público de qualidade, pois somente assim poderemos estancar as mazelas que fazem de nossas crianças, jovens e adultos vítimas de si mesmo pela falta de conhecimento. Como afirma o senador Cristóvão Buarque: “[...] não é por falta de dinheiro que a educação é problemática é por falta de prioridade” (Jornal O Globo, 18/05/2013).

Podemos perceber que, existem alguns entraves para o desenvolvimento de um trabalho de qualidade, dificultando na prática da equipe à dinâmica geral do ensino: sobrecarga de trabalho dos educadores, preocupados com a sobrevivência, em função dos baixos salários, falta de tempo para estudar, planejar as aulas, pesquisar e buscar mudanças (AZEVEDO; ALMEIDA e BARBOSA: 2009).

⁵ Cf. Almeida (2013).

É importante destacarmos, ainda que tais níveis de atuação demandam uma competência relacional entre os diferentes agentes sociais trata-se de relações de cunho interpessoais e não meramente profissional, as quais devem ser revistas á luz de seu contexto político. A qualidade das relações interpessoais é destacada por Almeida (2003, p.78) que afirma:

[...] o trato satisfatório com os relacionamentos interpessoais é concição para o desempenho de suas atividades, dado que sua função primeira é a de articular o grupo de professores para elaborar o PPP da escola [...] Na verdade, relações interpessoais confortáveis são recursos que o coordenador usa para que os objetivos que do projeto sejam alcançados [...] As habilidades de relacionamento interpessoal, o olhar atento, o ouvir ativo, o falar autêntico podem ser desenvolvidos e, nesse exercício, o profissional vai fazendo uma revisão de suas condições de escola, professor e aluno.

A questão do relacionamento entre professor coordenador e professor na unidade escolar é um fator crucial para uma gestão democrática, para que isso aconteça com estratégias bem formuladas o coordenador não pode perder seu foco, este precisa estar atento ao cenário que apresenta-se a sua volta valorizando e estimulando os profissionais da sua equipe e fazendo com que estes reflitam sobre suas práticas para que assim possam superar juntos os obstáculos e aperfeiçoar o processo de ensino e aprendizagem.

Assim o professor deve avaliar a pertinência dos objetivos e conteúdos propostos pelo sistema oficial, verificando em que medida atende exigências de democratização política e educacional e expectativas da comunidade escolar.

ARAÚJO, Maria Isabel Donha Alcanfor Andrade. Revista Cosmos, v. 8, n. 1, p. 23-41, 2015.

Relacionado a tais aspectos educativos da organização de formas cooperativas de gestão do trabalho pedagógico escolar é de fundamental importância o vínculo da escola com a família e com os movimentos sociais a exemplo das associações de bairro, das entidades sindicais, dos movimentos de mulheres por igualdade de direitos etc.

De fato, isto pode servir de orientação para o professor refletir sobre as implicações sociais do seu trabalho e as formas pedagógicas - didático de organização do ensino.

Neste cenário, o professor coordenador deve inserir em sua leitura de mundo e observar que o professor carrega um conjunto de características inatas à sua formação sendo destacada a sua concepção política de educação e de ação comprometida com o ambiente escolar a qual deve ser respeitada. Além disso, expressar aquilo que se valoriza é altamente eficaz no sentido de estimular o educador a progredir e envolver-se constantemente com as questões educacionais.

Nesse sentido, o professor coordenador é antes de qualquer coisa um parceiro do professor e necessita buscar incessantemente atender as demandas e anseios da sua equipe escolar de forma que tudo isso resulte em motivação e interesse em desenvolver seu trabalho e conseqüentemente em aprendizagem prazerosa e de qualidade junto aos alunos.

A IMPORTÂNCIA DA MOTIVAÇÃO PARA APRENDIZAGEM

A aprendizagem é resultante do desenvolvimento de aptidões e de conhecimentos, bem como das transferências desses para novas situações. Os conhecimentos são relevantes para a vida concreta quando ampliam o conhecimento

ARAÚJO, Maria Isabel Donha Alcanfor Andrade. Revista Cosmos, v. 8, n. 1, p. 23-41, 2015.

da realidade, os alunos pensarem a raciocinar, a desenvolver a capacidade de abstração, enfim, a pensar a própria prática e realidade.

A aprendizagem está envolvida em múltiplos fatores, que se implicam mutuamente e que embora possamos analisá-los separadamente, fazem parte de um todo. A motivação é um destes fatores que, uma vez despertada no ambiente escolar traz incontáveis benefícios para que a aprendizagem aconteça de forma mais prazerosa e interessante tanto para o professor como para o aluno.

Devemos salientar como objetivo educacional no que se refere à instituição em processos participativos, envolvendo todas as pessoas que diretamente ou indiretamente se relacionam com a escola: diretor, coordenador de ensino, professores, funcionários, alunos, pais.

Todas essas questões nos levam a pensar e repensar a escola, e como a mesma age em relação à sociedade atual e dos desafios que terá que tomar na atual conjuntura e quais objetivos que pretendem alcançar (LIMA: 2008).

Assim destaca Vieira (2005), é preciso termos claro que a escola sozinha e isolada das mediações sociais, não consegue desenvolver uma proposta educativa mais ampla que responda satisfatoriamente às novas demandas da sociedade e da realidade econômica, política e cultural do país. Entretanto isso somente poderá ser atingido quando existir uma proposta de ação comum que dê significado e direção às atividades individuais dos agentes envolvidos.

A mudança na relação do homem com o conhecimento coloca a escola em destaque nas discussões sobre o desenvolvimento das sociedades atuais, pois saber acessar, produzir e utilizar o conhecimento e a tecnologia tornou-se habilidades fundamentais para as pessoas, organizações e países.

Uma das grandes virtudes da motivação é melhorar a atenção e a concentração, nessa perspectiva pode-se dizer que a motivação é a forma que move o sujeito a realizar atividades satisfatórias. A título de exemplo podemos destacar Bock (1999), o qual afirma que a preocupação do ensino tem sido a de criar condições tais, que o aluno se interesse em aprender.

Partindo desse contexto percebe-se que a motivação deve ser considerada pelos professores de forma cuidadosa, procurando mobilizar capacidades e potencialidades dos alunos a este nível.

Torna-se tarefa primordial do professor em geral identificar e aproveitar aquilo que atrai o aluno, aquilo que mais chama sua atenção, como modo de privilegiar seus interesses.

Bock (1999) ainda ressalta que motivar passa a ser, também, um trabalho de atrair, encantar, prender a atenção, seduzir o aluno, utilizando o que o aluno gosta de fazer como forma de engajá-lo no ensino.

A tarefa de descoberta dos aspectos reais das coisas e o confronto das teorias com a realidade vivenciada pelo professor e pelos alunos não são dos encontradas nos manuais e livros didáticos, sendo uma tarefa do professor, o qual deve saber que sua postura crítica nem sempre será aprovada, o que poderá depender, não raras vezes, da realidade de vida dos alunos, e o contexto sócio-cultural no qual estão inseridos.

Agindo dessa forma poderá fazer com que seus professores se sintam mais seguro, capazes, valorizados e motivados a realizar atividades diversificadas, interessantes, aulas prazerosas, capazes de chamar a atenção dos alunos fazendo com que aprendam com facilidade.

O sucesso escolar procede também da dimensão simbólica da escola: o sentido de suas práticas para os alunos que a frequentam. Investigar o Imaginário Social de um grupo é propor-se a dialogar com seu mistério, daí fortalecermos a ação e articulação entre os membros da equipe escolar e especialmente em relação ao professor coordenador em sua tarefa arrojada e instigante de semear o interesse e possibilitar um ambiente propício ao processo educacional.

Para isso é fundamental que se admita a possibilidade da surpresa, a presença da sombra, do indizível em tudo aquilo que é dizível. E contar com a inseparabilidade entre o conhecimento e a ignorância. E assumir a humildade de um ser que busca aquilo que é escorregadio que lhe escapa enquanto conformação.

Sendo assim, deve-se acompanhar o trabalho do professor coordenador o enfrentamento das dificuldades identificadas na relação direta com os alunos e os professores e sua inter-relação com as práticas pedagógicas de tal forma que possibilite a superação das dificuldades dos agentes do processo educacional, seja fazendo críticas construtivas, comprometendo-se com a busca de melhores condições de trabalho na escola, ou mesmo sugerindo novas metodologias de trabalho e de ação junto aos alunos da escola.

Portanto, quando colocamos em questão a atuação do professor coordenador é fundamental articularmos a sua ação profissional as demandas e necessidades dos professores e dos alunos e ao mesmo tempo pensar e situações que permitam de fato um ambiente propício à aprendizagem e a discussão das idéias, sendo pois, papel de destaque na educação formal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

ARAÚJO, Maria Isabel Donha Alcanfor Andrade. Revista Cosmos, v. 8, n. 1, p. 23-41, 2015.

Entendemos que é pela educação que o homem pode compreender e desmascarar as mistificações ideológicas na medida em que o progresso lhe dá meios mais sofisticados de ação sobre o mundo.

Podemos, afinal, constatar e intervir no real, cujo é algo móvel, múltiplo e contraditório, sendo, pois indispensável à ação do professor coordenador no âmbito da escola e paralelamente condição indispensável que a mesma entenda seu papel social e sua função numa sociedade de grupos muito diversificados, pois somente a educação, compreendida como processo de conscientização, é que traduz realmente a natureza humana.

É preciso assegurar a todas as crianças e adolescentes, o máximo de desenvolvimento de suas potencialidades, tendo em vista auxiliá-los na superação das desvantagens decorrentes das condições sócio-econômicas desfavoráveis.

Nesse sentido, não podemos desvencilhar desse cenário a atuação direta do professor coordenador o qual exerce o papel de mediador entre o universo social e o particular do aluno, sendo imprescindível possuir qualidades como: compreensão da realidade e horizontes para a dinâmica que envolve suas funções, comprometimento, competência no campo teórico de conhecimento em que atua haja vista competência técnica profissional necessária.

De fato, o professor coordenador que outrora era visto predominantemente como agente escolar de controle e supervisão, cuja função atrelava-se especialmente a fiscalizar o trabalho dos professores, deve ser revista no sentido de contribuir na construção de um trabalho pedagógico de qualidade que ultrapasse os limites meramente administrativos e seja de fato um elo entre as demandas dos professores e dos alunos.

Portanto, queremos deixar claro que a figura do professor coordenador é central no atual modelo de educação formal adotado no Brasil, sendo que no âmbito escolar marca todo um processo de aprendizagem aonde os elementos principais são complexos ao mesmo tempo em que necessários para o desenvolvimento da prática docente, incluindo inclusive a própria motivação e estímulo junto aos docentes.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L. R. **O relacionamento interpessoal na coordenação pedagógica**. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

ALMEIDA, E. R.; AZEVEDO, J. R. N.; BARBOSA, T. Leituras geográficas da precarização do trabalho docente. Anais ... Presidente Prudente: **X Jornada do Trabalho**, 2009. p. 1-13.

BARBOSA, T.; AZEVEDO, J.R.N. Propostas educacionais..**Cosmos**. Presidente Prudente, n.1, 2004. p.05-08.

BARBOSA, T.; AZEVEDO, J. R. N. **Questões básicas sobre a pesquisa científica**. Santa Cruz do Rio Pardo: Viena, 2009.

FONSECA, J. P. Projeto Pedagógico: processo e produto na construção coletiva do sucesso escolar. São Paulo/SP: **Jornal da APASE**. Secretaria da Educação. São Paulo. SP. Ano II – Nº. 03, 2001.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Editora Atlas, 2002.

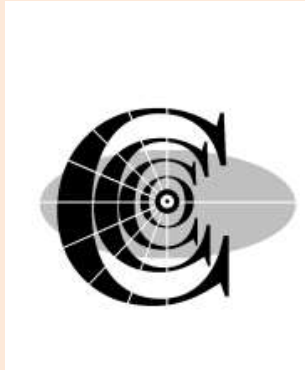
LIMA, S. V. A importância da motivação no processo de aprendizagem. **Artigonal**. 2008. Disponível em: < <http://www.artigonal.com/educacao-artigos/a-importancia-da-motivacao-no-processo-de-aprendizagem-341600.html> >Acesso em: 28/05/2013.

LÜCK, H. **Ação Integrada: Administração, Supervisão e Orientação Educacional**. Petrópolis: Vozes, 2002.

SANTOS FILHO, J. América Latina: capital e educação, algumas reflexões. **Cosmos**. Presidente Prudente, n.2, 2004. p.10-14.

SILVA, C. N.; CAETANO, V. S. Uma breve análise do trabalho docente. **Cosmos**. Presidente Prudente, n.3, 2004. p.49-53.

Regimento Escolar, Artigo nº. 129/2006 – Resolução CEE/TO.



ARAÚJO, Maria Isabel Donha Alcanfor Andrade. Revista Cosmos, v. 8, n. 1, p. 23-41, 2015.

OS PROFESSORES EM PERSPECTIVA: DIÁLOGOS DE UM APRENDIZ

ALMEIDA, EDSON ROSA DE¹

Resumo: Vimos por meio deste artigo trazer algumas contribuições acerca do contexto em que se insere o Professor e seu ofício, particularmente, considerando a complexidade desta profissão, de sua prática e do cenário de precarização no qual está envolvido e que contribui para sua (re)significação no início do século XXI frente os posicionamentos dos governos estabelecidos e suas diretrizes educacionais e, mais especificamente, no âmbito escolar e da gestão intra-muros da escola.

Palavras-chave: Educação; Gestão; Escola e Estado.

Introdução:

A educação é um processo contínuo marcadamente complexo que envolve uma série de questões que situam-se na fronteira do conhecimento e do aprendizado escolar, pelo, aluno, na sua relação dialógica com seus

¹ Aluno do Mestrado Profissional em Educação Processos de Ensino, Gestão e Inovação. Professor da Rede Oficial de Ensino do estado de São Paulo.

mestres, até questões mais pontuais vinculadas ao cenário da gestão escolar e das medidas estabelecidas pelo Estado e Secretaria de Educação.

Desde a década de 1990 quando passamos a lecionar temos observado um tensionamento em torno do próprio quadro de professores frente às medidas (im)postas pelo Estado frente ao seu labor e suas repercussões em seu cotidiano, bem como a crescente sentimento de descrença e desalento pela classe docente por melhoras significativas na educação, fundamentalmente, tratando-se do Estado de São Paulo.

Tal contexto, nos motiva, neste momento, a desenvolver uma linha de pensamento acerca do tema em voga e a partir de algumas preposições indagar sobre quais as perspectivas, conquistas e anseios que vinculam-se ao professorado paulista frente as transformações do mundo da educação e o enquadramento da profissão no rol das medidas neoliberalizantes atuais e em curso.

Destacamos que não é objetivo nosso, dada a dimensão do tema, esgotá-lo, tão pouco, propor soluções, mas, sim a partir do ato pedagógico de escrever, debater e refletir sobre um assunto tão caro aos professores que se circunscreve entorno de sua precarização e dissonância frente à demanda por mais qualidade de ensino.

A Educação sob fogo cruzado

Avaliar o processo de precarização das relações de trabalho dos docentes e demais componentes do sistema educacional no âmbito do Estado de São Paulo e quais são os limites e as possibilidades para reaver um novo

saber-fazer na escola é o desafio que nos direciona neste texto fruto da pesquisa em consecução.

Como bem destaca Oliveira (2004, p. 1138):

[...] tal movimento, (de precarização), contudo, não se circunscreve às relações de trabalho caracterizadas como aquelas intrínsecas ao processo de trabalho, mas compreende principalmente as relações de emprego, apresentando uma tentativa de flexibilização e até mesmo desregulamentação da legislação trabalhista. (Grifo nosso).

Com bem revela a citada autora em seus estudos temos entre outros aspectos mais gerais o aumento dos contratos temporários na rede pública de ensino, arrocho salarial, além de perdas de garantias trabalhistas e previdenciárias etc.

É importante trazeremos a pauta o processo em curso de precarização das relações do trabalho docente, sobretudo do ponto de vista das condições de trabalho e de produção do saber. A respeito deste aspecto em particular nos colocamos prontos à reflexão midiaticizada pelas possibilidades de intervenção no espaço.

Ainda amparados em Oliveira (2004, p.1139), devemos deixar claro que:

A constatação de que as mudanças mais recentes na organização escolar apontam para uma maior flexibilidade, tanto nas estruturas curriculares quanto nos processos de avaliação, corrobora a idéia de que estamos diante de novos padrões de organização também do trabalho escolar, exigentes de novo perfil de trabalhadores docentes.

Neste sentido nos amparamos em uma fundamentação teórico-metodológica que nos permita compreender as questões que nos propusemos discutir, incluindo desta maneira as diferentes concepções do saber-fazer docente com ênfase para o ensino e prática. Contudo, buscaremos a integração do conhecimento mediante o conjunto de saberes acumulados nas Ciências em geral.

Para tanto realizamos pesquisa bibliográfica e documental, coleta de informações secundárias, entrevistas e aplicação de questionários, sendo que para as próximas etapas da pesquisa², implementaremos trabalhos de campo junto à secretaria de educação, diretorias de ensino, escolas, sindicatos e demais órgãos públicos e de classe para apreendermos a realidade específica do Estado de São Paulo.

Conforme a CF, no seu Art. 8º, parágrafo III: “[...] ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria”, podendo ser, neste caso, uma forma de proteção do trabalhador da exploração do capital e, ao mesmo tempo, agente de esclarecimento dos direitos sociais dos trabalhadores.

A opção por acompanharmos as ações sindicais justifica-se pelo fato de acreditarmos que o mesmo atua na contramão dos perigos iminentes aos trabalhadores, enfrentando cotidianamente, enormes desafios para que as condições de trabalho sejam melhoradas, para garantir o emprego e o salário justo para os trabalhadores, para que os mesmos tenham uma excelente qualidade de vida e condições favoráveis para o seu desenvolvimento integral e de suas famílias.

Matos (2009) traz neste livro aspectos fundamentais da estruturação do sindicalismo no Brasil ao passo que demonstra como se desenvolveram desde as primeiras organizações dos trabalhadores no país, especialmente no Rio de Janeiro, por ocasião do fim da escravatura, onde tinha-se formas de mobilização dos trabalhadores em torno de irmandades até o período recente marcado pelo novo sindicalismo.

Todavia, Matos (2009) destaca as dificuldades em constituir uma consciência de classe nesse momento o que seria gradualmente reforçado com a instalação das primeiras fábricas e a necessidade de garantir condições dignas de trabalho ao conjunto de trabalhadores. Posteriormente, já durante o Governo Vargas é ressaltado a implantação do sindicato oficial o qual estava a serviço do Estado. Assim em um primeiro momento tem-se a desarticulação das lutas sociais para a partir de 1942 empreender-se o discurso de valorização do trabalhador no país.

É válido apontarmos amparados em Silva (2003, p. 297) que:

No final dos anos de 1980 e início dos de 1990, o movimento dos educadores em defesa da escola pública, sindicatos e associações de professores não só discutiam como também exerciam uma postura ativa, exigindo que o projeto político-pedagógico da escola constituísse o centro das discussões.

Não obstante, conforme têm nos revelado as primeiras pistas proporcionadas pela pesquisa faz-se importante a formação de um Sindicato classista, com o fim da estrutura em categorias, em que sejam priorizados os direitos trabalhistas, melhores condições de trabalho, fortalecendo a resistência dos trabalhadores frente às arbitrariedades do capital que lança

suas garras a partir do mercado internacional em consórcio com as elites nacionais.

Vivemos um momento marcante na história do modo de produção capitalista uma vez em que apreendemos frequentes ataques pelo capital e demais setores dominantes às organizações políticas dos trabalhadores.

Como bem salienta Maroneze e Lara (2011, p. 68) é preciso:

Ter a compreensão dessa conjuntura, que revela os modos contemporâneos de dominação do trabalho, merece especial atenção dos professores, sobretudo, no sentido de fortalecer as formas de organização coletiva que interfira nas relações precarizadas, propondo a defesa e construção de um projeto no qual as relações de trabalho sejam regidas pela sociabilidade, que leve em conta a satisfação humana e a luta contra a barbárie capitalista.

Tal cenário reflete-se diretamente no mundo da educação onde temos um processo marcante de precarização das condições de trabalho.

Assim destaca Pinto (1982), a grande proliferação de estratégias cada vez mais agressivas visando aumentar as escalas de produção a padronizar a qualidade dos produtos, diminuir os custos de produção e transporte etc., consolidou e levou ao mais cruel estágio o controle sobre o trabalho humano empregado na produção, tido cada vez mais, pelos empregadores, como simples “ingredientes” dos processos produtivos, agora realizados em lugares especialmente determinado para tal.

Partindo dessa premissa podemos perceber que o sentido técnico de encarar a organização do trabalho é implantado pelo modo de produção controlado pelo poder do capital. Todavia, a situação do profissional que por

ora troca sua força física pela remuneração (salário), fica aquém daquilo que é defendido pelas categorias que lhe representa perante a classe patronal.

Todas essas questões nos coloca frente à necessidade de repensar a escola e suas funções dada às exigências, complexidades e formas de inserção que nos impõem à sociedade atual e que refletem em velhos e novos desafios à educação, aos professores e a comunidade escolar. Subtende-se que é preciso construir um PPP (Projeto Político Pedagógico) que envolva a realidade, sem mascarar as mazelas latentes.

Destarte, não podemos descartar que a escola é e sempre será um espaço de formação que poderá contribuir para o desenvolvimento do cidadão como ser humano, sendo que, conforme aponta Barroso (2007) deve atuar no sentido de atender à todos, democratizando, portanto, seu acesso via uma coordenação integrada dos agentes ou atores políticos responsáveis.

O processo de democratização do ensino e a busca de extensão de um maior número de anos de escolaridade ao maior número de cidadãos produziram uma situação escolar que pode ser caracterizada de um modo geral como uma situação de crise; isto por que o crescimento da rede de ensino em todos os níveis, a complexidade resultante deste crescimento, da multiplicação e da diversificação dos quadros e das tarefas produziu o fenômeno da burocratização das atividades e, paralelamente, como consequência inevitável, a crescente realização de serviços.

É preciso ter em conta também que, no Brasil, essa expansão da rede de escolas ocorre numa situação em que a possibilidade de investimentos financeiros no ensino eram pequenos, o que de certo modo explica que grande parte da rede escolar ampliou-se a custas da incorporação de prédios, de salas de aulas, multiplicaram-se os períodos de funcionamento dos prédios

existentes, ampliaram-se as parcerias entre Prefeituras municipais e Estado na utilização de equipamentos urbanos, improvisaram-se professores.

Verificamos a necessidade de repensar as estratégias de ensino, as formas de trabalho evidenciadas em sala de aula partindo para aquilo que Barroso (2007) denomina de estratégias globais as quais envolvem a possibilidade de se colocar o problema em questão, sob uma nova perspectiva, a qual traz possibilidades reais aos sistemas de ensino quanto à sua performance.

A título de exemplo vale ressaltar o caso particular dos conteúdos escolares, os quais atualmente estão em contradições tanto pelas possibilidades reais dos alunos em assimilá-los quanto aos interesses da sociedade dominante, na medida em que podem ser usados para disseminar a ideologia de grupos e classes minoritárias. O mesmo pode dizer-se quanto aos valores e idéias proclamados na legislação escolar.

Vasconcellos (2010) destaca que são tantos os problemas, as contradições, os limites. A sensação de impotência, muitas vezes, toma conta o cotidiano educacional.

Ao adentrarmos em uma esfera de maior complexidade podemos perceber que, existem alguns entraves para o desenvolvimento de um trabalho de qualidade, dificultando na prática da equipe à dinâmica geral do ensino dentre os quais destacamos a sobrecarga de trabalho dos professores os quais estão intimamente relacionados à sua própria sobrevivência e necessidades materiais e dos baixos salários; a falta de tempo para estudar e planejar as aulas, pesquisar e buscar mudanças no ambiente escolar.

O que podemos perceber nos últimos anos e a repetição de uma “retórica mofa”, que muitas vezes propõe-se fazer o trabalho de forma onde ocorra o envolvimento de todos os membros da equipe escolar, e nada

avança, ora é um ora é outro que levanta problemas e objeções, de tal forma que quando parece que vai andar, tudo volta às origens, causando um grande desgaste no grupo, que paulatinamente vai descreditando de qualquer proposta de mudança.

Assim o professor precisa avaliar a pertinência dos objetivos e conteúdos propostos pelo sistema oficial, verificando em que medida atende exigências de democratização política e social, expectativas da clientela escolar.

A prática escolar mostra não ter havido escolha criteriosa de conteúdos. A sobrecarga de assuntos é herança maléfica da educação escolar, quando as classes social e economicamente privilegiadas tinham acesso à escola. Hoje, os professores continuam mania de esgotar o livro a qualquer custo, sem levar em consideração os assuntos indispensáveis de serem assimilados.

Os conteúdos de ensino não é uma tarefa fácil. Tópicos anteriores foram feitas indicações de orientação geral. Aqui, propomos, de forma mais ordenada, os critérios de seleção.

Conteúdos devem expressar objetivos sociais e pedagógicos da escola pública na formação cultural e científica. A expressão “ensino para todos” entendida como ensino população majoritária da sociedade. Se a educação escolar deve exercer a sua contribuição das lutas pela transformação da sociedade, os conteúdos sistematizados visam instrumentalizar as crianças e jovens das camadas populares para a sua participação ativa no campo econômico, social, político e cultural. Basicamente, definirá que conteúdos são importantes ou não.

A escolha dos conteúdos deve satisfazer as seguintes preocupações: como ligar a exigência do domínio dos conhecimentos com a vida real das crianças? que conhecimentos introduzidos a exigências teóricas e práticas do contexto social, não façam parte da experiência cotidiana das crianças?

Todas essas questões nos levam a pensar e repensar a escola, e como a mesma age em relação à sociedade atual e dos desafios que terá que tomar na atual conjuntura e quais objetivos que pretende alcançar.

Assim destaca Vieira (2005, p.14), é preciso ter em mente que a escola sozinha, isolada, não consegue desenvolver uma proposta educativa mais ampla que responda satisfatoriamente às novas demandas. Entretanto isso somente poderá ser atingido quando existir uma proposta de ação comum que dê significado e direção às atividades individuais dos agentes envolvidos.

A educação escolar pode contribuir para a ampliação da compreensão da realidade, na medida em que os conhecimentos adquiridos instrumentalizem culturalmente os alunos a se perceberem como sujeitos ativos nas lutas sociais.

É preciso assegurar a todas as crianças o máximo de desenvolvimento de suas potencialidades, tendo em vista auxiliá-las na superação das desvantagens decorrentes das condições sócio-econômicas desfavoráveis.

Na década de 1970 surge a sociedade da informação devido a revolução tecnológica, embora esse momento seja visto por alguns especialistas como momento de crise, poderemos encarar como mudança/transformação.

Como bem assevera Maroneze e Lara (2011, p. 59) aponta em seu trabalho que:

As mudanças que demarcaram o capitalismo contemporâneo nas últimas décadas do século XX têm apontado para uma perversa lógica da exclusão, num processo que ressignifica os espaços laborativos e de qualificação, desafiando, constantemente, o mundo do trabalho e impondo novas exigências aos mais variados setores sociais e atividades do trabalho, envolvidos direta e indiretamente na produção.

Como aponta Maroneze e Lara (2011, p.61):

Inseridos nessa lógica estão os trabalhadores docentes, que foram requisitados a responder as novas demandas sociais, tidas como necessárias para a formação do novo perfil de trabalhador e para atender à complexidade das mudanças derivadas da reestruturação produtiva e das políticas neoliberais implementadas pelo Estado.

Aliás, os referidos autores chamam atenção para o fato de que tanto no contexto internacional como também no cenário nacional temos assistido a intensas contradições em um sistema marcadamente antagônico que preconiza o capital.

Como bem salienta Silva (2003, p. 298): “A escola deixou de ser o tempo da socialização, do aprender, do dividir, do construir afetos, desejos, sonhos, valores e alegria, para ser o templo do mercado, lugar para fabricar objetos humanos ajustados para servirem ao mercado”.

Paradoxalmente, observa-se conforme Ciavatta (2002), o questionamento da identidade do professor, o qual é amainado pela intervenção de outros profissionais e ao mesmo tempo chamado a ampliar sua atividade com funções organizativas.

A esse respeito queremos chamar atenção para o Projeto de autoria de José Serra (PSDB) que prevê dois professores por sala de aula. Cabe destacar que o referido projeto que passa a valer efetivamente a partir de 2012 para as escolas da rede pública de ensino do estado de São Paulo abrange tanto o ensino fundamental quanto o ensino médio, sendo que os profissionais são

denominados professores auxiliares e tem por função atender aos alunos com dificuldade de aprendizagem, dando suporte aos professores titulares.

Na verdade, o que há em algumas salas é a presença de um professor e de um estagiário, o qual não é professor formado. Tais estagiários são remanescentes do Projeto Escola da Família³.

No entanto, isto fere a autonomia dos professores da própria sala que deixa de ser a figura central e protagonista do ensino-aprendizagem frente ao alunado. Na verdade não somos contra a colaboração de outros profissionais da educação no atendimento as dificuldades dos alunos desde que isto não prejudique o próprio direito de atuar livremente do professor.

É também de autoria do governo acima citado a adoção pelo sistema didático de apostilas junto aos alunos da rede pública de ensino o que vem substituir a utilização dos livros didáticos pelos professores.

Tal proposta adotada pela Secretaria da Educação desde 2008 quando estava à frente da pasta da educação o famigerado Sr. Paulo Renato e que se tornou efetivamente em currículo a partir de 2009 embora traga algumas vantagens é questionado por parcela significativa dos professores na medida em que envolve a mudança dos meios e instrumentos pelos quais lançam mão para garantir o processo de ensino-aprendizagem.

Devemos lembrar que a Constituição Federal em seu artigo 205, II, estabelece que o ensino deve ser ministrado com base no princípio da liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber.

³ De autoria do Ex-governador Geraldo Alckimin (PSDB) prevê que as escolas sejam abertas aos fins de semana para comunidade, sendo que os estagiários configuram-se como seus monitores principais.

Por sua vez a legislação infra-constitucional reguladora do assunto no âmbito do Ensino Público Oficial do Estado de São Paulo, aponta entre os direitos do integrante do Quadro do Magistério em seu artigo 61, IV, da L.C. 444/85 o de ter liberdade de escolha e utilização de materiais, de procedimentos didáticos e de instrumentos de avaliação do processo de ensino-aprendizagem haja vista o respeito à pessoa humana.

De acordo com Fernandes e Orso, em artigo denominado “O trabalho docente: Pauperização, precarização e proletarização”:

Pode-se entender a proletarização também ao trabalho do professor, que define-se pela ausência de controle do trabalhador sobre o processo de produção, pela perda da autonomia do trabalhador que deixa de ser dono do seu trabalho, pela perda de controle tanto do que faz como do que realiza e também do resultado do próprio trabalho. (p.10/11)

Assim se por lado padroniza e define os conteúdos a serem trabalhados pelos professores em seu dia-a-dia por outro lado engessa a prática docente na medida em que se estabelece no âmbito das escolas e sua conseqüente gestão escolar um rígido controle e normatização da utilização desse material preparado pela Secretaria de Educação.

Vale salientar que tal currículo adotado, de longe, não respeita os diferentes graus de aprendizagem que se encontram no alunado, estabelecendo critérios uniformes para um público diferenciado.

Como bem retrata Sampaio e Marin (2004, p. 1205):

O atual currículo prescrito, portanto, explica-se no conjunto das medidas consideradas necessárias ao alinhamento do país às

prioridades acordadas no âmbito internacional. Sua importância não pode ser superestimada, mas está claramente afirmada na forma como se impõem os parâmetros curriculares, articuladamente às avaliações externas, que classificam as escolas e as obrigam a redirecionar seu trabalho pedagógico.

Para tanto decorre as formulações de verdades absolutas e neste sentido inquestionáveis, que versam a compreensão da realidade a partir do natural sem recorrer ao contexto histórico e muito menos mediatizada pela reflexão.

Desta forma, o sistema de ensino “contribui” de maneira insubstituível para perpetuar a estrutura das relações de classe e paralelamente para legitimá-la.

Todavia se atentarmos ao discurso institucionalizado veremos que o mesmo apresenta como objetivo: “[...]o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. (LDB, 1996).

Como nos aponta Oliveira (2004, p.1144/45), “a educação como principal meio de distribuição de renda e garantia de mobilidade social será combinada à noção de que o acesso, hoje, a cultura escrita, letrada e informatizada é inevitável e constitui-se no único meio de ingressar ou permanecer no mercado de trabalho.”

É preciso formar nos alunos a capacidade crítica e criativa em relação às matérias de ensino e a aplicação dos conhecimentos e habilidades em tarefas teóricas e práticas.

O professor não conseguirá formar alunos observadores, ativos, criativos frente aos desafios da realidade se apenas esperar deles a memorização dos

conteúdos se faz é necessário ajudá-los a compreender os conhecimentos, pensar sobre eles, ligá-los aos problemas do meio circundante.

Logo, se tem que determinar uma explicação de função contextual mais ampla do que as deficiências individuais para explicar o que passa no universo escolar, mesmo porque a instituição escolar, seus valores, seus métodos, seus critérios, suas didáticas e organizações continuam fora de debate.

Nesse cenário devemos estar atentos como bem nos sugere Sampaio e Marin (2004, p. 1212):

A análise da precarização do trabalho dos professores com relação às condições de trabalho precisa ocorrer em diferentes facetas que o caracterizam. Dentre essas facetas destacamos: carga horária de trabalho e de ensino, tamanho das turmas e razão entre professor/alunos, rotatividade/itinerância dos professores pelas escolas e as questões sobre carreira no magistério.

No entanto, a de se ver se realmente educar para o trabalho é a solução, ou mesmo a melhor alternativa para uma sociedade nos moldes contemporâneos, na qual é frequente a assertiva da qualificação para o trabalho, isto é, o estímulo à profissionalização como chancela as necessidades do mercado.

Este cenário é especialmente singular na medida em que “[...] o sistema público estatal enfraquecido e sem perspectivas – caso permaneçam as políticas dominantes- tem o seu quadro de professores na prática materialmente impossibilitado de buscar aperfeiçoamento, renovação, de modo constante”. (OLIVA: 2008, p.38)

Deste modo, buscando-se uma análise endógena da instituição escolar, mediante suas relações com os professores e destes com seus respectivos

alunos e alunas, apreende-se, não raras vezes, que os professores(as) estão despreparados, ou melhor, não habilitados para o exercício da sua função se pensado do ponto de vista neoliberalista de cunho toyotista. Desposados, portanto, de instrumentos e arcabouço teórico-metodológico para sua prática, dado a demanda de informações que tem se evidenciado no âmbito das novas tecnologias.

Para Pretto (1996, p.98), é necessário: “[...] uma escola que possa superar a atual, ainda calcada nos velhos paradigmas da civilização em crise e que não conseguiu solucionar os problemas propostos pela própria modernidade”, ou seja temos que romper com a escola “[...] fundamentada apenas no discurso oral e na escrita, centrada em procedimentos dedutivos e lineares”. (PRETTO:1996, p. 98).

Ao empreendermos uma investigação em sua totalidade a de se considerar a democratização do processo de gestão e organização da escola pública em especial nos aspectos comunitários para que deste modo tenha-se uma estrutura societal capaz de abarcar os principais processos interativos do saber.

Destarte, após as considerações anteriores pode-se afirmar que realmente a ideologia se expressa na educação e conseqüentemente nas escolas, configurando-se como violência representativa e simbólica que embora dissimuladamente represente um dos mais nefastos problemas que abrangem o sistema educacional.

Esse objetivo costuma figurar nos planos de ensino como ‘auto-realização’, ‘desenvolvimento das potencialidades’ etc. Porém, na prática os professores não se preocupam em estimular potencialidades daqueles que não se manifestam ou não conseguem envolver-se ativamente nas tarefas, e o

ensino democrático supõe, a adequação metodológica às suas possibilidades reais de aproveitamento escolar.

Concordamos com Cavalcanti (1998, p. 173) que realça:

Para que as mudanças ocorram, é preciso que professores e alunos não os exerçam inconscientemente, apegando-se demasiadamente à tradição e/ou à moda, mas façam-no conscientemente, porque na vida social é imprescindível exercê-lo em alguma medida, ainda que recusando suas formas cristalizadas e estereotipadas.

A capacidade de o professor selecionar noções básicas, evitando a sobrecarga é a garantia de maior solidez e conhecimentos assimilados pelos alunos. Tudo o que temos estudado neste livro ressaltando a ideia que o processo de ensino que não se pode apressar, sem o estudo ativo e persistente do aluno e desenvolvimento das capacidades cognoscitivas não ocorre uma verdadeira aprendizagem.

O nível de preparo cultural dos alunos da escola pública está sujeito impostos pelas condições materiais de vida. A necessidade constantes revisões da matéria, para assimilação de matéria nova, a reposição de matéria insuficientemente assimilada, volume maior de exercícios e tarefas, avaliações parciais mais constantes.

Nidelcoff (1983) aponta que há diferença significativa quanto as oportunidades ao conjunto das crianças e adolescentes em idade escolar uma vez que as condições materiais e equipamentos disponíveis nas escolas diferem entre as classes sociais populares e as denominadas “famílias

abastadas” capazes de pagar por colégios particulares dotados de materiais e recursos de qualidade e performance superior aos demais.

Dessa forma, o sistema de ensino “contribui” de maneira insubstituível para perpetuar a estrutura das relações de classe e paralelamente para legitimá-la.

Todavia se atentarmos ao discurso institucionalizado veremos que o mesmo apresenta como objetivo: “[...]o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. (LDB, 1996).

Neste sentido, por exemplo, se enquadram as propostas curriculares, as quais carecem de perfil menos técnico e mais político-pedagógico, concorrendo para isso a viabilidade de “uma educação que desenvolva o raciocínio lógico, a criticidade, a instrumentalização para usar coerentemente o conhecimento, a capacidade de pensar e especialmente de poder construir o pensamento com autoria própria”.

É fundamental consideramos amparados em Sampaio e Marin (2004, p. 1223) que:

O desfecho da crise não parece que se dê na direção do fim da escola, peça indispensável no conjunto das medidas de convencimento e conformidade social à ordem estabelecida. Na luta em favor de transformações sociais, ainda que se acumulem denúncias e a busca de saídas, mesmo seus críticos mais ferozes reconhecem que a escola é necessária como parte de um processo de civilização, cujas conquistas precisam ser preservadas.

Nesse sentido, faz-se necessário (repensarmos o quadro educacional de forma mais ampla, sem prescindir de reflexões, debates e discussões seja no contexto sindical, escolar, comunitário para que possamos superar e propor mudanças frente esse processo de enfraquecimento da profissão docente antes as nuances, imposições, (des)favorecimentos políticos e frágil reconhecimento pelo Estado e sociedade em especial.

Considerações Finais:

É fundamental fazer valer nosso direito de cidadão e buscar garantir ao conjunto da sociedade e particularmente para crianças e adolescentes não apenas o acesso, como a permanência na rede pública de ensino e, paralelamente, propiciar aos professores dignidade na profissão para romper com a falácia do falso aprendizado e passo-a-passo mudar a imagem da educação no país.

Devemos continuar a buscar avanços nas leis e projetos educacionais e propiciar um ambiente fomentador e enriquecedor às nossas crianças e adolescentes para que tenham condições de descobrir e participar ativamente no mundo que aí está e desta forma garantir educação de qualidade à todos, permanência na escola, excelência no aprendizado e condições melhores de trabalho ao conjunto dos profissionais envolvidos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, E. R. **Precarização do ensino no estado de São Paulo**. ALVORADA PLUS: Tatuí/SP, 2012. (Trabalho de Conclusão de curso).

ALMEIDA, E. R.; AZEVEDO, J. R. N.; BARBOSA, T. Leitura geográfica da precarização do trabalho docente. Anais... Presidente Prudente: **X Jornada do Trabalho**, 2009. p. 1-13.

BARROSO, J. A formação dos professores e a mudança organizacional das escolas. In.: FERREIRA, N. S. C. (Org.) **A formação continuada e gestão da educação**. São Paulo: Cortez, 2007.

CAVALCANTI, L. S. **Geografia, escola e construção do conhecimento**. Campinas: Papius, 1998.

MARONEZE, L.F.; LARA, A. M. B. A precarização do trabalho docente no contexto da reorganização capitalista das mudanças na legislação educacional brasileira pós 1990. **Germinal**. Londrina, v.3. n.2, 2011. p.58-70.

NIDELCOFF, M. T. **Uma escola para o povo**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

OLIVEIRA, D. A. **A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização**. Educ. Sociedade. Campinas, v.25, n.89. p.1127-1144, 2004.

PINTO, Á. V. **Sete lições sobre educação de adultos**. São Paulo: Cortez, 1982.

PRETTO, N. L. **Uma escola sem/com futuro**. Campinas: Papius, 1996.

VASCONCELLOS, C. S. **Coordenação do Trabalho Pedagógico: Do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula.** São Paulo: Libertad Editora, 2010.



A influência do clima organizacional no desempenho de alunos e professores em ambientes escolares

FÁVERO, FÁBIO LUÍS¹

Resumo: O presente artigo pretende relatar a influência do clima organizacional no desempenho dos alunos e o papel dos professores em relação ao ambiente em questão, para tanto é necessário definirmos o conceito de clima, verificarmos quem são os autores que o criam em relação ao ambiente em que vivem e por fim vamos analisar alguns relatos em algumas instituições de ensino evidenciando o clima interno dessas instituições, sua contribuição para o desencadeamento da violência escolar, a percepção que os alunos têm em relação a esse clima, qual é o comportamento dos docentes e o que isso implica no resultado final da aprendizagem efetiva dos alunos. Os relatos de diversos autores vai nos mostrar que um ambiente harmônico, que tenha coletividade e liberdade para trabalhar impacta diretamente no aprendizado dos alunos e no desenvolvimento dos professores, além de influenciar também na diminuição dos conflitos que contribuem para a violência escolar. Para a formação desse clima organizacional, destaca-se um personagem importante como sendo o principal ator para sua determinação, trata-se do gestor. Dessa forma, o perfil do gestor evidencia-se como sendo um fator determinante para o início da

¹ Autor associado ao Programa de Mestrado Profissional em Processos de Ensino: Gestão e Inovação do Centro Universitário de Araraquara – UNIARA.

construção do clima organizacional que culmina no comportamento dos professores e demais colaboradores e conseqüentemente reflete nos alunos.

Palavras-chave: Clima organizacional, educação, desempenho.

INTRODUÇÃO

Vivemos em uma sociedade cada vez mais conflitante em virtude das diversidades culturais e das desigualdades sociais que acabam influenciando no relacionamento pessoal nos diversos tipos de ambientes. Atrelado a isso verificamos também que cada instituição tem uma organização diferente e um líder que também possui um perfil próprio e que acaba criando um clima de trabalho influenciado por esse perfil. Dependendo do clima que se cria em virtude dessas características nossas atividades cotidianas podem ou não se tornar mais agradáveis e acabam ajudando na convivência e no desenvolvimento pessoal e profissional de cada um.

No ambiente educacional não é diferente e por isso o estudo do clima se torna importante para tentarmos compreender sua influência nas competências desenvolvidas por alunos e no comportamento dos professores e demais colaboradores em diversas organizações escolares, além de ajudar na diminuição da violência escolar.

OBJETIVO

Este artigo tem o objetivo de conceituar clima organizacional, mostrar relatos de criação de climas harmônicos e evidenciar em forma de relatos qual

é a influência e a percepção que esse clima organizacional tem sobre o desempenho de alunos e professores nas escolas de ensino fundamental e médio em algumas escolas do Brasil, Espanha e França além de analisar seu impacto sobre a violência escolar.

DISCUSSÃO

Antes de iniciarmos o estudo sobre as influências do clima organizacional nos ambientes educacionais, é necessário conceitua-lo e de acordo com Oliveira (1995),

Clima interno é o estado em que se encontra a empresa ou parte dela em dado momento, estado momentâneo e passível de alteração mesmo em curto espaço de tempo em razão de novas influências surgidas, e que decorre das decisões e ações pretendidas pela empresa, postas em prática ou não, e/ou das reações dos empregados a essas ações ou à perspectiva delas. Esse estado interno pode ter sido influenciado por acontecimentos externos e/ou internos à empresa, e pode ser origem de desdobramentos em novos acontecimentos, decisões e ações internas.

Apesar da dificuldade de definir o clima, Brunet (1987) explica que é o resultado de múltiplos fatores da organização que podem ser sentidos pelos indivíduos sem que os mesmos tenham consciência disso e conceitua que são os atores internos de uma organização quem definem o sistema que ela é, para tanto, de acordo com Pereira, Oliveira e Teixeira (2013) o estudo do clima organizacional é um importante instrumento que permite às organizações identificar o grau de satisfação ou insatisfação de seus colaboradores identificando e estabelecendo o ele entre o nível individual e o nível organizacional levando em conta seus pensamentos em relação ao local em

que trabalham.

A importância do clima do ambiente de trabalho sobre o indivíduo tem sido evidenciada como sendo um dos fatores para a compreensão de sua conduta pessoal e profissional (BRITO; COSTA, 2010).

Nas instituições escolares não é diferente e um gestor que consegue criar um bom clima contribui para a construção de uma gestão participativa promovendo a participação coletiva dos agentes escolares (REZENDE; CANDIAN, 2010).

O gestor também recebe destaque na opinião de Brito e Costa (2010) como sendo uma figura crucial para o favorecimento de um clima agradável nas escolas uma vez que os relatos dos professores evidenciam sua importância em criar ambientes com características como gestão democrática, mobilização comunitária e fortalecimento de equipe que contribuem para promover o maior envolvimento dos professores nas atividades escolares que acaba favorecendo a aprendizagem dos alunos.

Ainda no que se refere ao processo de gestão, segundo Vieira (2007) o sucesso de uma gestão escolar só pode ser medida pelo sucesso de todos os alunos e quando é voltada à aprendizagem de todos os alunos com uma conscientização de entidade socializadora do saber, ou seja, não podemos medir o sucesso baseado em apenas alguns alunos, mas temos que considerar todos os alunos para essa análise o que muitas vezes não acontece.

O clima escolar, dessa forma, pode ser definido como sendo o conjunto de crenças, valores e atitudes que acontece na relação entre professor, alunos e gestores que culminam na criação e definição de parâmetros aceitáveis de comportamento para um ambiente escolar (PEREIRA; OLIVEIRA; TEIXEIRA; 2013).

Eyng, Girelli e Pavietch, (2009) descrevem clima como sendo os objetivos educativos com foco no aprender, utilizando normas e procedimentos consistentes e coerentes de acordo com a consciência de atenção e interesse pelas pessoas. A percepção dos indivíduos perante essa atmosfera traz significativas influências no comportamento dos grupos (BRITO; COSTA; 2010).

Silva (2010) defende também que o clima escolar é,

O conjunto de efeitos percebidos pelas pessoas quando interagem com a estrutura formal, bem como o estilo dos administradores escolares, influenciando as atitudes, crenças, valores e motivação dos professores, alunos e funcionários. Dessa forma, o clima torna-se um elo entre a estrutura organizacional da escola, a liderança exercida pelos gestores escolares e o comportamento e a atitude dos professores.

Podemos verificar que o clima escolar representa um universo múltiplo e com muitas definições uma vez que seus atores, sua localização e seus fatores sociais influenciam diretamente na construção do ambiente. Em um sentido geral, podemos concluir como censo comum que define a ideia de clima como sendo a percepção dos indivíduos sobre o ambiente ao qual fazem parte e que influenciam no seu comportamento, dessa forma, clima escolar é definido como sendo um conjunto de características sociais, psicológicas e culturais de uma determinada escola que acabam definindo seu estilo e determinando a maneira de desenvolver seus processos educativos (REZENDE; CANDIAN, 2010).

De acordo com essas definições Brito e Costa (2010) elaboraram um estudo através de entrevistas com professores que trabalham em escolas públicas do Rio de Janeiro que foram classificadas de acordo com o resultado da Prova Brasil como sendo escolas de maior prestígio, as escolas que tiveram as melhores notas, chamadas de E1 e escolas de menor prestígio

(E2), as quais receberam notas menores, e de acordo com os autores, a pesquisa revelou alguns pontos interessantes no que diz respeito a gestão das escolas, convivência dos alunos, participação da família e comportamento dos professores.

Nas escolas E1 constatou-se uma gestão autoritária até mesmo na hora de escolher quem vai estudar lá, evidencia-se o uso de estratégias diferenciadas de oferta ou obtenção de vagas nas escolas públicas o que explica o fato de duas escolas muitas vezes do mesmo bairro conseguirem perfis distintos de alunos, a escola (E1) prioriza as matrículas dos alunos com perfil socioeconômico mais elevado o que acaba por favorecer um ambiente diferente da segunda escola (E2) que aceita as matrículas de alunos com rendas inferiores e conseqüentemente vindos de famílias menos estruturadas e de difícil acesso, o diálogo e a interação entre os responsáveis e a escola são mais conturbados, como foi relatado em outro item da pesquisa que mostrou a dificuldade da participação das famílias na escola E2 na educação dos filhos em relação a escola E1.

Outro fator importante da pesquisa foi em relação ao comportamento dos professores, na escola E2 os alunos apresentaram mais dificuldades de aprendizagem e os professores nesse sentido não conseguem ministrar os mesmos conteúdos e aplicar as mesmas avaliações que na escola E1, eles preparam aulas mais simples com os conteúdos principais e também avaliações mais simples, essa adaptação conforme as necessidades da escola acaba contribuindo para a reprodução das desigualdades educativas.

Quanto ao clima interno, verificou-se na escola E1 um clima mais tranquilo em relação ao da escola E2 no que se refere ao relacionamento aluno-professor e aluno-aluno, na qual o convívio tende a ser mais turbulento e desgastante. Não foram evidenciadas diferenças de

relacionamentos entre professores com professores e professores com gestores.

No que se refere ao desenvolvimento dos alunos, a escola E1 tem melhores desempenhos em relação a escola E2. Na segunda escola (E2) verifica-se também uma alta rotatividade de professores, mostrando falta de instabilidade do trabalho docente.

Na avaliação dos professores, o aluno, a família e os aspectos socioeconômicos são os principais fatores para a construção do clima dessas duas escolas, o segundo fator apontado foi a gestão escolar.

Pereira, Oliveira e Teixeira (2013) relatam um estudo sobre o clima organizacional da escola de ensino fundamental Homero de Oliveira Dantas situada na Cidade de Parnamirim – RN a qual possui uma cultura organizacional sólida e de comprometimento entre alunos e colaboradores. O levantamento de informações foi feito através de questionários e entrevistas com professores da escola. Esse ambiente harmônico foi atribuído a influência da liderança escolar que propicia reconhecimento para seus funcionários, para alguns entrevistados a questão salário não é o mais importante e sim o reconhecimento que eles recebem por parte de seus gestores. Nesse ambiente, verifica-se alunos com excelentes rendimentos escolares, a nota do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) em 2010 foi de 5,2 (cinco vírgula dois) sendo que a nota máxima a ser atingida é 6 (seis) e a Ministério da Educação (MEC) tem como meta atingir essa nota somente em 2020.

Um outro estudo relacionado a percepção dos alunos no que se refere ao clima de sala de aula e o quanto isso afeta a criatividade foi relatado por Fleith e Alencar (2006) e apresenta resultados que demonstram uma visão positiva do ambiente escolar harmônico o qual propiciou o

aumento do interesse pela aprendizagem, pelas atividades realizadas nas salas de aula e principalmente no prazer em aprender, portanto, o valor potencial do ambiente influencia significativamente no pensamento criativo.

A pesquisa foi feita com 644 alunos das 3 e 4 séries de escolas públicas e particulares no Distrito Federal, vale ressaltar que os alunos de escolas particulares tiveram uma percepção maior do clima em relação aos alunos de escolas públicas o que entra em contradição com o estudo feito por Cavalcanti e Fleith (2009) que investigou também a percepção do clima para a criatividade e desempenho escolar para 222 alunos do 5 ano do ensino fundamental de 5 escolas, 3 da rede pública e 2 da rede privada da cidade de Brasília, os resultados apontam que alunos das escolas públicas apresentam notas mais elevadas em relação a motivação para aprender e também uma percepção mais favorável ao clima das salas de aula para criatividade em relação aos alunos das escolas particulares.

Esses resultados diferentes podem ser atribuídos ao fato de sistema educacional brasileiro revelar uma diferença grande entre recursos, instalações, formação continuada de professores e atividades extraclasse entre instituições públicas e privadas (FLEITH; ALENCAR, 2006).

Outro relato que merece destaque refere-se as informações obtidas por Mesquita (2013) que mostra uma pesquisa qualitativa em uma escola municipal da baixada fluminense no Rio de Janeiro que apresentou expressivas melhoras nos resultados do (IDEB) no período entre 2005 e 2009. Devido a essa melhora o estudo procurou evidências das influências do clima escolar sobre o trabalho docente e o desempenho dos alunos. O autor relata que houve uma mudança na organização criada pela nova gestão que propiciou o reconhecimento de bons resultados pela comunidade. Esse reconhecimento influenciou as percepções de seus

membros e no clima escolar que desencadeou um processo de comprometimento e coletividade.

A escola apresenta um conjunto de regras bem definidas, dentre elas destacam-se a organização de tempo escolar procurando maximizar o aprendizado e o controle da disciplina entre os alunos, as quais foram construídas coletivamente com orientação do diretor da escola o que favorece a responsabilidade de todos e acaba refletindo diretamente no desempenho dos alunos em sala de aula.

Não podemos falar de clima escolar sem deixar de falar da violência escolar. O clima escolar está cada vez mais deteriorado o que acaba favorecendo o desinteresse dos alunos pelo conteúdo escolar, o descomprometimento dos professores com a aprendizagem e as manifestações de violências nas escolas. Atualmente a violência nas escolas representa um grande obstáculo para a melhoria da educação básica do Brasil.

Dentre as causas de conflitos e violência escolar podemos destacar a desigualdade social, a diversidade cultural e o despreparo dos professores para tratar essas situações (EYNG; GIRELLI; PAVIETCH, 2009).

Para os mesmos autores a violência nas escolas se apresenta incisivamente nas seguintes formas: estrutural (desigualdade social, negação de direitos humanos), física (dano físico, uso de força) e a simbólica (constrangimento, humilhação, relações de poder), e querendo ou não a escola é um reflexo das turbulências que ocorrem nos diferentes meios sociais de onde vem seus integrantes e que acabam interferindo no relacionamento com colegas e professores. Muitos fatores ajudam nessa relação como por exemplo fatores sociais, problemas familiares, indivíduos com problemas de dificuldades emocionais, problemas de autocontrole e

problemas de relações humanas.

Para o levantamento de dados, os autores realizaram entrevistas com 196 alunos de escolas públicas da região de Curitiba, sendo alunos do 3º ano, 3ª série e 4ª série de uma escola municipal e 7ª e 8ª séries de uma escola estadual, verificou-se que as causas para desencadear conflitos são a falta de professores, indisciplina e insegurança.

Nesse cenário, a mediação é sugerida como sendo uma possibilidade para a resolução desses conflitos e restabelecer o clima harmonioso entre os envolvidos apenas com a presença de um mediador que seja imparcial e evita que sejam exercidas relações de poder. Esse tipo de ação é percebido de forma positiva pelos alunos.

Catherine et al (2006) também apresenta um estudo comparativo entre escolas de educação secundária de baixo nível socioeconômico da França e Espanha, mais precisamente quatro escolas francesas (Marselha) e cinco espanholas (Andaluzia) sobre os indícios que contribuem para a violência. O estudo foi feito através de questionários com alunos sem a presença dos docentes para garantir a integridade das informações e apresenta diferenças importantes na forma como o conflito é exibido, na percepção de insegurança e violência em ambos os países.

Essas diferenças são evidentes em relação aos indicadores de percepção do clima da escola e em relação ao sentimento de segurança percebida pelos alunos. Os alunos espanhóis percebem o clima social de forma mais positiva e menos estressante entre alunos e professores enquanto os franceses avaliaram mais positivamente os relacionamentos entre os alunos, quanto ao clima de segurança, os espanhóis se sentem mais inseguros em relação aos franceses. Vale ressaltar que a França tem uma gestão administrativa curricular centralizada e a Espanha descentralizada,

mesmo assim verificamos conflitos em ambas as instituições e uma preocupação em melhorias no clima educacional. No ponto de vista da aprendizagem, não foram relatados dados significativos de divergências entre esses dois ambientes.

Lanzoni (2009) realizou uma pesquisa em duas escolas de ensino fundamental e médio muito diferentes, a primeira escola se localiza no norte de Madri, na Espanha, chamada de escola S. que tem alunos filhos de estrangeiros de diversos países inclusive de latino-americanos, possuindo dessa forma uma diversidade cultural muito abrangente, a segunda escola escolhida para a análise foi a escola Estadual Professora Zita Godoy Camargo que está localizada na cidade de Rio Claro, interior de São Paulo, uma região que foi colonizada por imigrantes suíços, alemães e italianos. O foco do estudo realizado foi a percepção dos alunos nos dois países do cotidiano escolar no que se refere ao clima organizacional e violência, a coleta de dados foi feita através de questionários.

Embora diferentes em múltiplos aspectos, o autor relata que as duas escolas se assemelham no que se refere aos atos de condutas antissociais (conflitos e violências) e a preocupação em preveni-los ou diminuí-los. Ambas consideram mais adequado prevenir de maneira educativa, através de ações pedagógicas próprias da escola que se adequem a vida e a prática cotidiana de gestores e professores para que possam em conjunto criarem um clima positivo nas inter-relações, com sendo um dos fatores para a prevenção da violência escolar e conseqüentemente a melhoria no desempenho escolar dos alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após o estudo dos relatos sobre a influência do clima organizacional nas escolas, está comprovado que o ambiente criado pelos gestores, educadores e comunidade tem um papel extremamente importante no resultado da aprendizagem dos alunos, tanto do Brasil quanto em países europeus.

Concluo também que ainda precisamos de mais políticas educacionais que invistam na descentralização dos recursos, na autonomia das escolas tanto na parte administrativa quanto na parte pedagógica, na formação de professores e principalmente na profissionalização da gestão que se mostrou de crucial importância para o estabelecimento de um clima harmônico e propício para uma aprendizagem mais efetiva, uma vez que em todas as organizações que conseguiram criar um ambiente de trabalho favorável tiveram seu início a partir da gestão.

Reforço que a descentralização é importante para a construção de clima organizacional de acordo com o ambiente local uma vez que um modelo geral de gestão não pode ser aplicado em todas as localidades por causa das diversidades sociais e econômicas. Somente uma autonomia local pode contribuir para a construção de um clima organizacional baseado nos atores que influenciam diretamente naquele ambiente.

A diminuição da violência escolar é um outro problema que precisa ser amenizado e para tanto mais uma vez o clima organizacional mostra-se como um aliado importante nessa luta diária por melhores condições de relacionamentos entre professores, alunos e gestores.

REFERÊNCIAS

FÁVERO, Fábio Luís. Revista Cosmos, v. 8, n. 1, p. 63-78, 2015.

BRITO, Márcia de Souza; COSTA, Marcio da. Práticas e percepções docentes e suas relações com o prestígio e clima escolar das escolas. **Revista Brasileira de Educação**, v.15, n.45, set./dez. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v15n45/08.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2015.

BRUNET, L. Clima de trabalho e eficácia da escola. In: _____. **El clima de trabajo en las organizaciones: definición, diagnóstico y consecuencias**. México: Editorial Trillas, 1987. 121p. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0BwC2qHIK6-CWkZwMGZhUjFtSGM/view?pli=1>. Acesso em: 21 jun. 2015.

CATHERINE, Blaya et al. Clima y violencia escolar. Un estudio comparativo entre Espanha y Francia. **Revista de Educación**, v.339, p. 293-315, 2006. Disponível em: http://www.revistaeducacion.mec.es/re339_12.htm. Acesso em: 22 jun. 2015.

CAVALCANTI, Maria Mônica Pinheiro; FLEITH, Denise de Souza. A relação entre motivação para aprender, percepção do clima de sala de aula para criatividade e desempenho escolar de alunos do ensino fundamental. In: Actas do X Congresso Internacional Galego-Português de Psicopedagogia, 2009, Braga. **ANAIS...** Braga: Universidade do Minho, 2009. Disponível em: <http://www.educacion.udc.es/grupos/gipdae/documentos/congreso/xcongreso/pdfs/t9/t9c298.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2015.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 1999. p. 457.

Disponível em: <http://blogestantedigital.blogspot.com.br/2013/12/download-e-book-gestao-de-pessoas.html>. Acesso em: 22 jun. 2015.

EYNG, Ana Maria; GIRELLI, Eliane; PACIEVITCH, Thais. Violência nas escolas: mediação de conflitos e o clima escolar. In: IX Congresso de Educação-EDUCERE. III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia, 2009, Curitiba. **Anais...** Curitiba: PUCPR, 2009. Disponível em: http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/3340_1577.pdf. Acesso em: 22 jun. 2015, p. 7066-7079.

FLEITH, Dense de Souza; ALENCAR, Eunice Maria L. Soriano de. Percepção de alunos do ensino fundamental quanto ao clima de sala de aula para criatividade. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v.11, n.3, p.513-521, set./dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pe/v11n3/v11n3a06>. Acesso em: 22 jun. 2015.

LANZONI, Sônia Lopes. **Clima organizacional**: fator de prevenção à violência escolar. 2009. 220 f. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, Araraquara, 2009. Disponível em: http://base.repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/101560/lanzoni_sl_dr_arafcl.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 23 jun. 2015.

MESQUITA, Silvana. Efeito institucional e os resultados escolares: o clima escolar pode fazer a diferença? In: XXVI Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação, 2013, Olinda. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAE, 2013. Disponível em:

<http://www.anpae.org.br/simposio26/1comunicacoes/SilvanaMesquita-comunicacaoOral-int.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2015, Recife 2013.

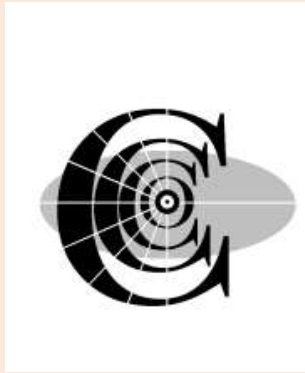
OLIVEIRA, Elane de; PEREIRA, Antônio de Mello; TEIXEIRA, Jeanne Christiane Mendes. A Influência do clima e cultura organizacional de uma escola do ensino fundamental. **Qualit@s Revista Eletrônica**. v.14, n.1,2013. Disponível em: <http://revista.uepb.edu.br/index.php/qualitas/article/view/1521/925>. Acesso em: 22 jun. 2015.

OLIVEIRA, Marco Antonio. **Pesquisas de clima interno nas empresas: o caso dos desconfiômetros avariados**. São Paulo: Nobel, 1995, 164 p., vol. único. Disponível em: <http://www.pmierie.org/Presentations/200701-Putnam.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2015.

REZENDE, Wagner Silveira; CANDIAN, Juliana Frizzoni. Uma exploração das relações entre clima, desempenho e gestão escolar no Proeb 2010. In: VII Reunião da ABAVE - Avaliação e Currículo: um diálogo necessário, 1.,2013, Brasília. **ANAIS...** Rio de Janeiro: Abave, 2010. p. 457-478. Disponível em: <http://abave.com.br/ojs/index.php/abave/article/view/15/13>. Acesso em: 21 jun. 2015.

SILVA, Jerônimo Jorge Cavalcanti. **Gestão escolar participativa e clima organizacional**. Gestão em Ação, Salvador, v.4, n.2, p.49-59, jul./dez. 2001. Disponível em: <http://www.gestaoemacao.ufba.br/revistas/gav4n201.PDF#page=49>. Acesso em: 22 jun. 2015.

VIEIRA, Sofia Lerche. Gestão, avaliação e sucesso escolar: recortes da trajetória cearense. **Estudos avançados**, v.21, n.60, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v21n60/a04v2160.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2015.



RELATOS DE EXPERIÊNCIAS

Reflexões Pedagógicas sobre Arte e Educação

José Roberto Nunes de Azevedo¹
Ligia Mendes de Oliveira Azevedo²

A Arte entendida como manifestação do pensamento deve ser vista como expressão direta da sociabilidade humana e parte construtiva dos saberes dos sujeitos ao longo da história.

Desse modo em sua magnitude revela-se como expressão, percepção e experiência da sociedade em relação ao mundo de tal modo que revela através das formas artísticas os modos de pensar e agir de diferentes culturas. Neste sentido temos que considerar, por exemplo, o papel fundamental da alfabetização visual para o indivíduo, tão logo, refletir sobre a relação entre a imagem e o seu significado para os interlocutores, na medida em que, conforme temos analisado através de leituras específicas da realização da disciplina Arte e Educação oferecida no âmbito do Curso de Pedagogia (ULBRA)³ e, por meio da própria prática cotidiana em sala de aula⁴ é preciso desenvolver globalmente as possibilidades do aluno em compreender e apreender a inter-relações existentes no mundo pela apropriação das mais diferentes linguagens e contextos sócio-espaciais, pois,

¹ Doutor em Geografia pela UNESP (2013) e Professor Efetivo da Rede Oficial de Ensino do Estado de São Paulo. E-mail: joserobertocosmos@yahoo.com.br

² Licenciada em Letras pela UNIP. Professora da Rede Oficial de Ensino do Estado de São Paulo.

³ Curso de Pedagogia EAD realizado por meio da concessão da Bolsa Prouni.

⁴ Desde 2005 estamos atuando diretamente no Magistério Público e, particular, de Mato Grosso do Sul e São Paulo, respectivamente, sem prescindir do cotidiano da pesquisa e do estudo.

pelo contato, o mesmo transforma e é transformada pelo ambiente da qual interage.

De fato, nos saberes interdisciplinares, as imagens apresentadas em um conteúdo aparentemente irrelevante para determinado aluno pode ganhar sentido e marcar uma forma, uma razão, uma cena, uma vez que podem apresentar expressão e ligação com coisas de sua vida.

Podemos dizer que desenvolver a capacidade da alfabetização visual é condição essencial para compreender uma obra de arte, pois, alia-se à dimensão social, histórica e cultural à leitura e interpretação, permitindo ao interlocutor da obra verificar na manifestação artística significado, deixando fluir sua imaginação e construindo uma percepção dos fatos, os quais poderão revelar diferentes traços da imagem e, por conseguinte, da realidade da qual o artista pretende demonstrar.

Tal situação é facilmente aplicado à critério docente e pode ser digna de significado no ambiente escolar em disciplinas como Geografia e História, Ciências, Língua Portuguesa, Sociologia, Filosofia, entre outras, quando utiliza-se aliada aos conteúdos e situações de aprendizagens propostas formas de expressão das crianças e adolescentes.

Em Língua Portuguesa, por exemplo, é frequente a utilização de figuras da Arte, Icnográficos, Charges, Tiras entre outros como etapa sensibilizador-provocadora no processo de elaboração de textos e desenvolvimento da escrita e do senso crítico dos alunos nas diferentes séries do ensino fundamental e médio.

Neste sentido, a identificação e a “transmissão” para a criança do aprendizado por meio da Arte em particular é visualizada desde seus primeiros anos, representando a inteiração, parte do processo educacional e de conhecimento da realidade da qual faz parte, sendo importante a sua instigação constante ao longo das séries/ciclos de ensino.

Em outras palavras, ao analisarmos uma obra de arte e colocarmos o aluno em contato e relação com este meio temos a oportunidade de

desenvolver a sensibilidade no mesmo quando à fatos, acontecimentos históricos, geográficos, econômicos utilizando-se como ponto de partida o próprio sentimento que transmite a Tela, a gravura, o quadro, do desenho sendo interessante, neste caso, à vinculação entre o universo e contexto do artista, deixando o interlocutor mergulhar-se no universo da obra.

Devemos destacar que em Arte e Educação é fundamental à compreensão das linguagens que são expressas nas crianças em sua dimensão global seja na música, cênica e visuais. Tão logo sendo abrangente, a Arte possui uma dimensão sensível, crítica e reflexiva que deve ser valorizada por todo currículo, por isso, não podemos omitir suas referências éticas/estéticas, formativas, representativas e expressivas estando atentos para as relações interdisciplinares que estão além do próprio escopo das Artes e que se justificam enquanto construção social e cultural de tal modo que tange a nossa vida e marca nossas relações cotidianas.



ENVIEM
ARTIGOS, RESENHAS, NOTAS, RELATOS...

revistacosmos@outlook.com

<https://www.facebook.com/cosmos.brasil.94>



